

**DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO
ESTADO DE SÃO PAULO S.A.**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2022**

DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.

**Demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2022**

Conteúdo

Relatório anual da Administração 2022

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras



| Secretaria da Fazenda e Planejamento

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1º SEMESTRE DE 2022

SUMÁRIO

1.	DESENVOLVE SP – O BANCO DO EMPREENDEDOR	5
2.	ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO	6
2.1	Planejamento Estratégico 2022-2026	6
2.2	Plano de metas	6
2.3	Público-alvo	8
3.	LINHAS DE FINANCIAMENTO E FUNDOS	9
3.1	Linhas de Financiamento	9
3.2	Fundos Garantidores	9
3.3	Fundos de Desenvolvimento	9
3.4	Fundos de Investimento em Participações.....	11
3.5.	<i>Funding</i>	11
4.	DESEMPENHO OPERACIONAL.....	13
4.1	Desembolsos.....	13
4.2	Saldo das Operações de Crédito.....	15
5.	DESEMPENHO FINANCEIRO.....	17
6.	GOVERNANÇA CORPORATIVA E TRANSPARÊNCIA	18
6.1	Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)	18
6.2	Gerenciamento do Risco Socioambiental.....	18
6.3	São Paulo Sem Papel.....	18
6.4	Reestruturação Organizacional.....	19
6.5	Gestão de Pessoas.....	19
6.6	Comunicação	20
7.	ATUAÇÃO SUSTENTÁVEL.....	22
8.	COOPERAÇÃO TÉCNICA E INSTITUCIONAL	24
8.1	Implementação de Políticas Públicas.....	24
8.2	Cooperação Técnica.....	24
8.3	Relacionamento Institucional.....	25
	FICHA TÉCNICA – 30/06/2022.....	30

1. DESENVOLVE SP – O BANCO DO EMPREENDEDOR

Desenvolve SP - o Banco do Empreendedor, é uma instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e integrante da administração indireta do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria da Fazenda e Planejamento, tem por objetivo atender as micro, pequenas e médias empresas e os municípios paulistas, por meio de opções de crédito sustentável, colaborando diretamente para a qualidade de vida da população. Sua atividade-fim é o financiamento de capital fixo e de giro associados a projetos produtivos, visando ao aumento da competitividade e sustentabilidade da economia paulista.

Neste semestre, tomou posse a nova diretoria do Desenvolve SP:

- Sergio Gusmão Suchodolski – Diretor Presidente
- Otavio Lobão de Mendonça Vianna - Diretor Financeiro e de Crédito
- Gabriela Redona Chiste - Diretora de Negócios e Fomento
- Karen Kemely Mussi Mhereb - Diretora Administrativa, de Projetos e Processos

2. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO

Ciente de seu papel e alinhado às políticas públicas do Estado de São Paulo, o Desenvolve SP busca promover cada vez mais o desenvolvimento sustentável de longo prazo por meio de seus produtos e serviços, primando pela boa gestão, pelo crédito responsável e pela qualidade de sua carteira de clientes.

2.1 Planejamento Estratégico 2022-2026

O Planejamento Estratégico vigente da instituição possui como principais diretrizes de atuação a sustentabilidade e a inovação, ancoradas nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

O PE 2022-2026 busca preparar, em nível estratégico, o Desenvolve SP para atuar como instituição promotora do Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo, em suas três dimensões (ambiental, social e econômico), além de promover o crescimento e fortalecimento organizacional e estimular a inovação em seus múltiplos contextos, tanto interno quanto aquela promovida pelos clientes da instituição.

Além disso, como braço financeiro do Estado, um dos focos da instituição é a redução das desigualdades regionais, buscando ampliar sua atuação nos municípios e regiões menos desenvolvidas como o Vale do Futuro, localizado no Vale do Ribeira, e o Pontal do Paranapanema.

2.2 Plano de metas

Alinhado ao Planejamento Estratégico, com o objetivo de avaliar no curto prazo o desempenho e a eficiência da instituição, de modo a auxiliar e direcionar a sua estratégia operacional, com vistas ao atingimento de sua missão e o seu objeto social, o Plano de Metas para 2022 foi revisto em junho de 2022.

Foram definidos cinco indicadores com suas respectivas metas, que

apresentaram os resultados abaixo. A Meta Global¹, na posição 30/06/2022, ficou em 95,74%.

Tabela 1 – Plano de Metas 2022

DESENVOLVE SP	DATA BASE: 30/06/2022		META GLOBAL:	95,74%	●
INDICADOR	META ANUAL	META ACUMULADA MÊS	REALIZADO ACUMULADO MÊS	% META ACUMULADO MÊS	
DESEMBOLSO TOTAL	R\$ 875.611.014	R\$ 312.362.031	R\$ 300.268.350	96,13%	●
RECEITA COM TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO	R\$ 38.220.128	R\$ 19.110.064	R\$ 19.595.378	102,54%	●
TAXA DE INADIMPLÊNCIA	7,24%	7,24%	4,61%	136,29%	●
LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE	R\$ 146.021.385	R\$ 91.468.649	R\$ 93.727.271	102,47%	●
REDUÇÃO DO TEMPO MÉDIO DE ANÁLISE DAS OPERAÇÕES	5,00%	5,00%	4,22%	84,50%	●

LEGENDA: ■ 0% - 60% ■ 61% - 70% ■ 71% - 90% ■ > 90%

Fonte: Desenvolve SP (2022)

- **Desembolso total:** Total de desembolsos realizados em 2022.
- **Receita com taxa de administração de fundos de desenvolvimento:** A meta considera a receita com administração de fundos baseada nos patrimônios desses. O esforço para atingimento da meta será em negociar com o governo a manutenção do patrimônio, já que os valores inicialmente não utilizados podem ser solicitados pelo governo para serem utilizados em outras ações.
- **Inadimplência:** É o percentual do saldo de carteira de créditos vencidos e não pagos há mais de 90 (noventa) dias em relação ao saldo total da carteira de créditos.
- **Lucro Líquido Recorrente:** apurado a partir do Lucro Líquido contábil com adições e exclusões de despesas e receitas não recorrentes no período.
- **Redução do tempo médio de análise das operações:** Diferença em pontos percentuais do tempo médio de análise de operações de crédito digital com Recursos Próprios - cuja solicitação e liberação ocorreu dentro do ano de referência - de 2022 em relação a 2021.

¹Meta Global: somatório dos resultados de cada indicador ponderados pelos seus respectivos pesos, limitados a 100%.

2.3 Público-alvo

O Desenvolve SP atende as empresas instaladas e com sede no estado de São Paulo, com faturamento anual de R\$ 81 mil até R\$ 300 milhões, dos setores produtivos: agronegócio, comércio, indústria e serviços.

As prefeituras e os órgãos da administração direta e indireta dos municípios também fazem parte do público atendido pela instituição, por meio de linhas de financiamento específicas para o setor público.

3. LINHAS DE FINANCIAMENTO E FUNDOS

3.1 Linhas de Financiamento

O Desenvolve SP possui, em seu portfólio de produtos, 19 linhas de financiamento para o setor privado que atendem às diversas áreas e atividades, financiando desde capital de giro, aquisição de máquinas e equipamentos, até grandes projetos de investimento em ampliações e modernização, incluindo projetos inovadores e sustentáveis.

A instituição oferece ainda quatro linhas de financiamento voltadas ao setor público, que visam incentivar o crescimento dos municípios e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população paulista. Estas linhas oferecem taxas de juros competitivas e prazos longos, para apoiar a administração municipal na realização dos investimentos necessários à infraestrutura do município, sem comprometer a saúde financeira do município.

3.2 Fundos Garantidores

Conforme política de garantia vigente no Desenvolve SP, os fundos garantidores são uma alternativa para o micro, pequeno e médio empresário que não possuem garantias reais suficientes para serem utilizadas nas operações de crédito. A instituição opera com três fundos garantidores: Fundo de Aval (FDA), Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe) e Fundo Garantidor Para Investimentos (FGI).

3.3 Fundos de Desenvolvimento

O Desenvolve SP é administrador de onze Fundos Especiais de Financiamento e Investimento do Estado de São Paulo:

Tabela 2 – Patrimônio Administrado pelo Desenvolve SP dos Fundos de Desenvolvimento

Fundo	Secretaria	Destaque	Patrimônio Administrado (em R\$ milhões)
Fundos Especiais de Financiamento e Investimento			
BPP	SDE	Microcrédito	846,93
Fehidro	Sima	Projetos não reembolsáveis e arrecadações	615,77
Funac	Sefaz	Financiamento e Equalização para Indústria	609,89
Feap	SAA	Subvenções e Crédito aos Produtores Rurais	335,95
FPHIS	Sehab	Repasse para Programas Habitacionais	172,38
Fundesvar	SDE	Equalização em Financiamentos Vale do Ribeira	9,77
Fundespar	SCJ	Projetos de Regularização Fundiária	4,54
Fundovale	SDR	Projetos na RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte	3,63
Feprac	Sima	Projetos para reabilitação de áreas contaminadas	3,06
Funcet	SDE	Editais e Equalização para Proj de Inovação e Tecnologia	0,99
Fundos Garantidores			
FDA	Sefaz	Fundo Garantidor de Aval	134,26
Total			2.737,18

Fonte: Desenvolve SP (2022)

A gestão da carteira do Banco do Povo Paulista é um dos focos do Desenvolve SP. Desde sua transferência, em 2018, foram desembolsados R\$ 1 bilhão, por meio de 84,6 mil contratos, beneficiando 504 municípios, até junho de 2022. Somente no primeiro semestre de 2022, foram desembolsados R\$ 142,7 milhões para mais de oito mil microempreendedores.

Estão em tratativas as transferências dos seguintes Fundos para o Desenvolve SP: Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Região de Campinas (Fundocamp); Fundo Metropolitano de Financiamento e Investimentos (Fumefi); Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista (FDMBS); e Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Sorocaba.

Em janeiro de 2022, foi assinado contrato para gestão e administração dos Recursos do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas (Fundocamp). O Fundo tem por objetivo financiar e investir em planos, projetos, programas, serviços e obras de interesse da Região Metropolitana de Campinas e contribuir com recursos técnicos e financeiros para a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento socioeconômico da região, elaboração de estudos, pesquisas e projetos, objetivando a melhoria dos serviços públicos municipais, considerados de interesse comum e a redução das desigualdades sociais da região atendida.

O Desenvolve SP está em processo para migração do Patrimônio e operações de investimento, hoje administradas pelo Banco do Brasil, com um patrimônio registrado em maio de 2022 de R\$ 42,8 milhões.

3.4 Fundos de Investimento em Participações

Os Fundos de Investimento em Participações (FIPs) são instrumentos financeiros, regulados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que selecionam e investem em empresas de grande potencial, em troca de participação societária nessas empresas. Os fundos são constituídos com capital de investidores qualificados, possuem tempo de vida definidos, assim como gestores habilitados e qualificados em encontrar e administrar as empresas selecionadas para esses investimentos.

O Desenvolve SP investe, hoje, em quatro fundos dessa categoria: Fundo Inovação Paulista, Fundo Aeroespacial, Fundo CRP Empreendedor e Fundo BBI Financial I, todos em fase de desinvestimento.

Até 30 de junho de 2022, o Desenvolve SP investiu, indiretamente, por meio desses veículos, em 45 empresas, sendo 34 localizadas no estado de São Paulo.

3.5. Funding

Para conseguir cumprir com o seu papel de agente financeiro do governo do estado de São Paulo e financiar a economia paulista no cenário de crise e recuperação econômica global, o Desenvolve SP busca novas fontes de recursos para atender a alta demanda.

Por isso, o Desenvolve SP está em negociação avançada para obtenção de *funding* junto ao *New Development Bank* (NDB), no valor de US\$ 90 milhões, assim como com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no montante de US\$ 110 milhões, ambos com garantia soberana aprovada pela Comissão de Financiamento Externo (Cofix), com foco em investimento de projetos de infraestrutura para os setores público e privado, no âmbito de mudança climática e inclusão social.

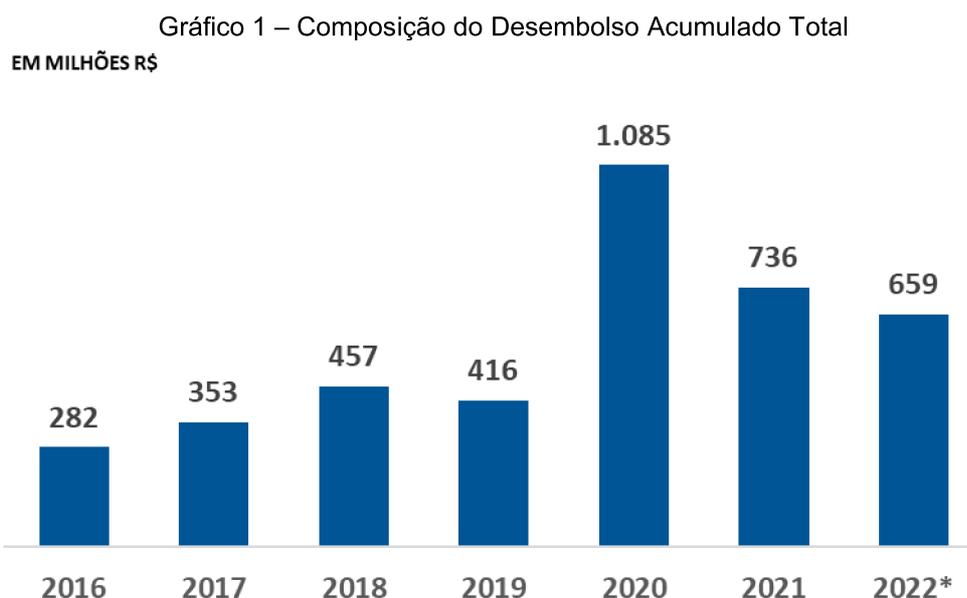
Além disso, também está em tratativa para obtenção de recursos junto ao BID, com garantia soberana já aprovada pela Cofix, no valor de até US\$ 195 milhões para investimento exclusivamente no Setor Privado de inovação do Estado de São Paulo.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1 Desembolsos

Os desembolsos acumulados totalizaram, desde 2009 até 30 de junho de 2022, o montante de R\$ 5,7 bilhões, com um total de 12.462 operações, distribuídas em 470 municípios. Deste total desembolsado, 9.422 empresas e 186 prefeituras foram beneficiadas com os recursos do Desenvolve SP.

No primeiro semestre de 2022, esses desembolsos somaram R\$ 300,3 milhões, sendo 55,5% liberados com recursos próprios e os outros 44,5% com recursos de terceiros, sendo 36,1% com recursos do BNDES, 5% com recursos do Fundo Geral de Turismo (Fungetur) e 3,4 % com recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Neste período, foram atendidas 941 empresas e 19 prefeituras, abrangendo um total de 184 municípios.



*Acumulado em 12 meses – de 07/2021 a 06/2022

Fonte: Desenvolve SP

O Desenvolve SP desembolsou, neste semestre, R\$ 211,9 milhões para financiamento de capital de giro, o que representa 70,6% do total de desembolso. Outros 25,9% foram destinados a projetos de investimento, enquanto 3,5% foram para aquisição de máquinas e equipamentos.

O setor de serviços teve 43,6% de participação no desembolso total do primeiro semestre de 2022, seguido pelo setor de comércio com 25,5%, setor da indústria com 21,3%, setor de governo com 9,2%, e setor do agronegócio com 0,5%.

Destacam-se também os desembolsos voltados para inovação, que atingiram a marca de R\$ 262,1 milhões no acumulado histórico. As micro e pequenas empresas representam 49,7% do desembolso acumulado no período de 2013 a 2022 para inovação, o que está em consonância com a Lei Estadual nº 15.099, de 25 de julho de 2013, que dispõe sobre programas específicos de inovação tecnológica para empresas paulistas desse porte.

O Crédito Digital, plataforma do Desenvolve SP que aprova financiamentos para capital de giro, desembolsou R\$ 183,5 milhões para 847 empresas no primeiro semestre de 2022, o que representou um aumento de 59,5% no valor desembolsado, em relação ao mesmo período de 2021. No total, a modalidade atingiu R\$ 948,2 milhões em empréstimos para 5.978 empresas paulistas desde 2016.

No Setor Público, foram desembolsados R\$ 910,1 milhões para 186 prefeituras no acumulado histórico.

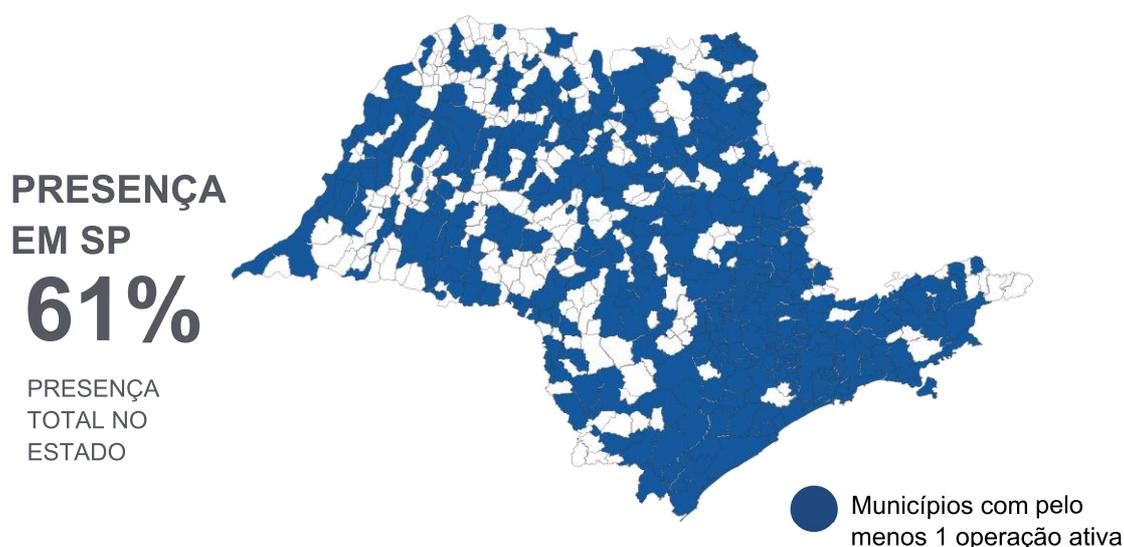
Programa Desenvolve Municípios: Foi assinado o convênio com a Secretaria de Desenvolvimento Regional para a equalização de taxas, e os recursos aportados ao Desenvolve SP, o que propiciou o andamento das operações. Foram captados mais de R\$ 2 bilhões em operações e contratadas 23 operações, no montante de R\$ 352,1 milhões (em processo de liberação), somente no 1º semestre de 2022.

Considerando todas as linhas de crédito para o setor público, o Desenvolve SP contratou 45 operações de crédito, somando R\$ 461,3 milhões, somente no primeiro semestre de 2022. Nesse período também foram aprovadas 52 operações, no valor de pouco mais de R\$ 520 milhões, sendo os créditos principalmente voltados a asfalto e recape, modernização de iluminação pública e instalação de usina de geração de energia solar.

4.2 Saldo das Operações de Crédito

Neste semestre, o saldo da carteira de crédito se manteve acima de R\$ 2,0 bilhões. Em 30 de junho de 2022, o saldo das operações de crédito da instituição totalizou R\$ 2,12 bilhões, o que representa um crescimento de 4,7% quando comparado a junho de 2021.

Figura 1 – Mapa de atuação do Desenvolve SP



Em decorrência da maior procura por capital de giro, as operações desse segmento representam 51,9% da carteira, consolidando o papel do Desenvolve SP como instrumento financeiro de políticas públicas do estado.

Em relação ao porte, 92,5% da carteira do Setor Privado refere-se às micro, pequenas e médias empresas. No âmbito do capital destinado ao setor público, a representatividade do saldo de carteira para as prefeituras alcançou 11,5%.

Dado o contexto da pandemia, em que para muitas das empresas não foi possível a retomada das suas atividades na integralidade, o Desenvolve SP permitiu a prorrogação de parcelas de contratos (*Standstill*) nos anos de 2020 e 2021, que se encontravam em situação regular, o que permitiu ao empresariado um maior fôlego para fazer frente às despesas de pessoal e manter a regularidade do crédito junto à nossa instituição.

Considerando esse cenário, a instituição fez uma revisão da meta do índice de inadimplência de forma a adequá-la a nova realidade e tem buscado mantê-la, além de trabalhar suas demandas administrativas e judiciais para que tragam o resultado almejado: a recuperação dos créditos concedidos e a sua reinserção no mercado para fomentar a economia paulista. O índice de inadimplência, em 30 de junho de 2022, foi de 4,61%.

5. DESEMPENHO FINANCEIRO

O desempenho financeiro deste semestre foi impactado, principalmente, pelas receitas com títulos e valores mobiliários decorrentes da elevação da Taxa Selic. Também, foram destaque a valorização dos Fundos de Investimento Aeroespacial e CRP Empreendedor, bem como o aumento das receitas de prestação de serviços de administração dos Fundos do Governo e das receitas de análise de projetos do setor público. Em contrapartida, as despesas se mantiveram estáveis, gerando um lucro líquido no primeiro semestre de 2022 de R\$ 93,7 milhões.

Com Patrimônio Líquido de R\$ 2.303 milhões, o Retorno Anualizado sobre o Patrimônio Líquido (ROAE), em 30 de junho de 2022, foi de 8,44%. O resultado bruto da intermediação financeira foi de R\$ 138,6 milhões, com saldo líquido entre despesas operacionais e outras receitas de R\$ 8,4 milhões, gerando resultado operacional de R\$ 130,2 milhões.

Em 30 de junho de 2022, o total de ativos alcançou R\$ 3.872 milhões, composto por 50,7% de operações de crédito, 44,6% de títulos e valores mobiliários e 4,7% de outros ativos.

6. GOVERNANÇA CORPORATIVA E TRANSPARÊNCIA

6.1 Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

No primeiro semestre de 2022, foram realizadas reuniões quinzenais do Comitê de Proteção de Dados e Privacidade, dando andamento ao trabalho de promoção das adequações necessárias em relação aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

6.2 Gerenciamento do Risco Socioambiental

Em complemento às ações já realizadas para o gerenciamento do risco socioambiental, no primeiro semestre de 2022, o Desenvolve SP acompanhou a equipe da *International Finance Corporation* (IFC) na visita de campo a um dos projetos do Novo Rio Pinheiros e verificou a conformidade do projeto aos Padrões de Desempenho da IFC.

6.3 São Paulo Sem Papel

No primeiro semestre de 2022, foram concluídos os trâmites remanescentes para a entrada do Desenvolve SP na plataforma digital do SP Sem Papel.

Instituído pelo Decreto Estadual no 64.355/2019, o SP Sem Papel é um programa do Governo do Estado de São Paulo que visa reduzir ou eliminar gradualmente o trâmite de papel entre os órgãos da administração estadual respeitando a estrutura arquivística e processual, e ao mesmo tempo trazendo agilidade, transparência e eficácia à administração, na relação do governo com os municípios, outros entes governamentais e os cidadãos. O programa prevê ações de desburocratização e a adoção de processos de tramitação e controles de demanda totalmente digitais. O acesso eletrônico permite a produção e encaminhamento dos documentos para outras áreas ou órgãos de forma imediata, com rastreabilidade e segurança e possibilita pesquisa simplificada em tempo real.

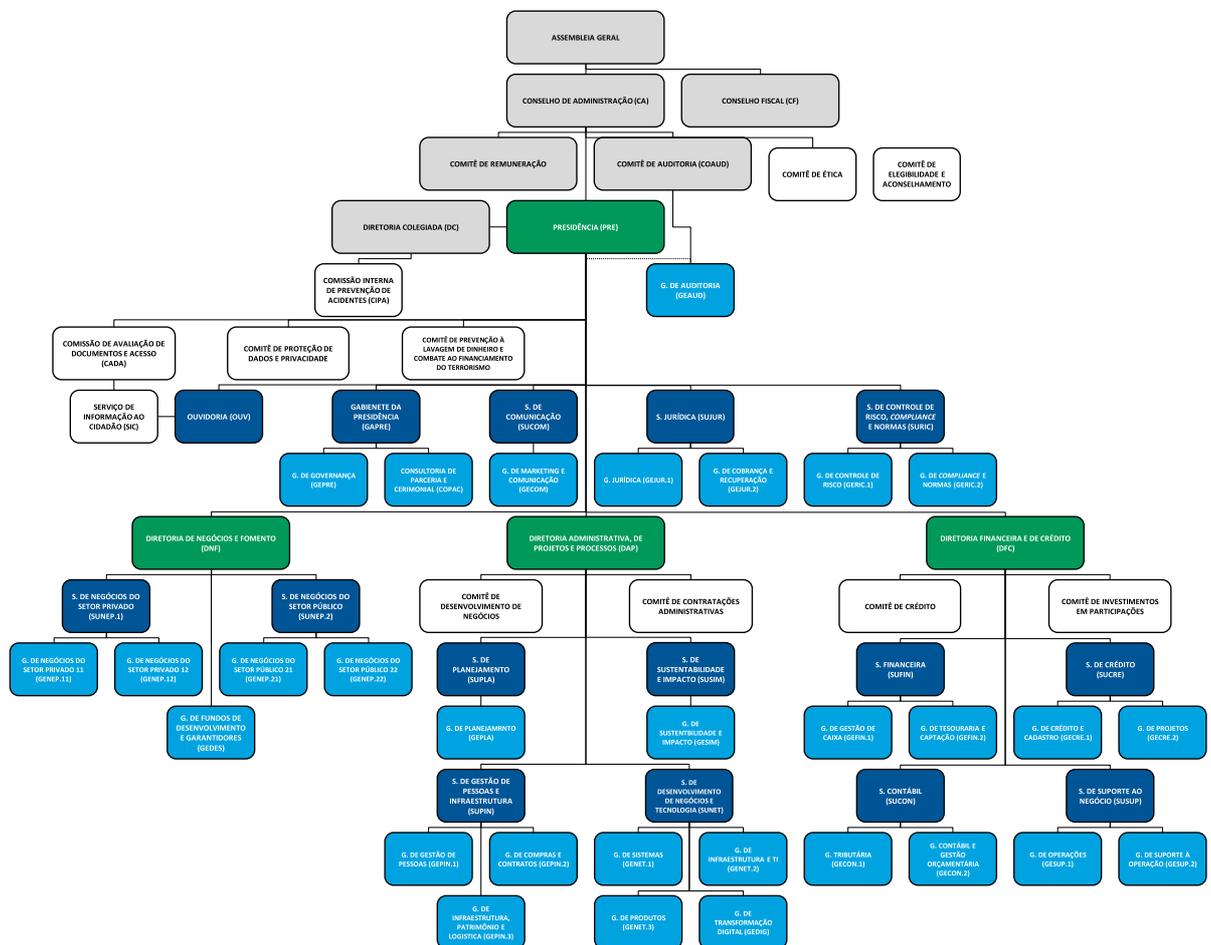
A adesão do Desenvolve SP ao ambiente digital do SP Sem Papel teve seu pontapé inicial no dia 30/05/2022. A partir desta integração à plataforma digital do Estado de São Paulo, o Desenvolve SP passou a dispor de acesso ao meio de

comunicação oficial utilizado pelos órgãos e entidades da administração pública paulista, nos termos do Decreto Estadual no 64.355/2019.

6.4 Reestruturação Organizacional

Visando a racionalização e sinergia das atividades da instituição às prioridades da nova gestão, foi realizada a reestruturação organizacional, na qual destaca-se a criação de uma superintendência especificamente voltada para o tema da sustentabilidade, estando alinhada aos ODS e aos princípios ESG. Assim nasceu a Superintendência de Sustentabilidade e Impacto (Susim).

Figura 2 – Organograma



6.5 Gestão de Pessoas

O Programa de Treinamento e Desenvolvimento (T&D) do Desenvolve SP teve, no primeiro semestre, investimento de R\$ 78 mil. Foram 1.883 horas de formação

técnica e de competências comportamentais e 2.453 horas/aula em cursos de graduação, pós-graduação e idiomas. Além disso, destaca-se a realização da Oficina relativa ao Fundo Garantidor de Eficiência Energética – Mecanismo de desenvolvimento socioambiental sustentável, para apresentar o Programa PotencializEE, a parceria do Desenvolve SP com a GIZ – Agência de Cooperação Alemã, o Fundo Garantidor de Eficiência Energética e o potencial de negócios que o programa gera para a instituição, além de sessões de sensibilização sobre o tema Eficiência Energética voltadas para Instituições Financeiras, em parceria com o BNDES, por meio dos Programas PotencializEE e FGEnergia.

O Desenvolve SP também valoriza a manutenção da saúde e qualidade de vida dos colaboradores. Por isso, adquiriu 199 doses de vacina antigripal quadrivalente para imunização de seus colaboradores.

O primeiro semestre do ano também foi marcado pela manutenção do trabalho a distância, visando à prevenção do contágio pela Covid-19. Da mesma forma, os Protocolos Sanitários estabelecidos pelo Plano São Paulo permanecem sendo praticados pelo Desenvolve SP com todos os colaboradores.

6.6 Comunicação

No primeiro semestre de 2022, houve a produção e veiculação de campanha de publicidade, cujos objetivos principais foram a geração e novos negócios, posicionamento da empresa, atuando em frentes como capital de giro, inovação e ESG e ampliação da presença do Desenvolve SP em redes sociais.

A campanha contemplou a produção de videocases com clientes do Desenvolve SP, do guia ESG para Micro e Pequenas empresas e atuou em veículos como rádio, portais e redes sociais tendo como principais resultados o aumento em mais de 200% no número de pedidos de capital de giro durante o período da campanha, aumento de mais de 500% no tráfego ao site, e de mais de 200% nos acessos à página de solicitações online. Com relação ao posicionamento da empresa, houve mais de 800 mil visualizações somente no YouTube durante a campanha.

A divulgação do Guia ESG do Desenvolve SP contou com releases, notas e posts para as redes e teve nota publicada nas versões online dos jornais Valor Econômico e O Globo.

7. ATUAÇÃO SUSTENTÁVEL

O Desenvolve SP, como braço financeiro do Governo do Estado de São Paulo, tem como missão o desenvolvimento econômico, social e ambiental do Estado, e vem atuando cada vez mais alinhado aos ODS, definidos pela ONU, na Agenda 2030, para o Desenvolvimento Sustentável, bem como aos preceitos do ESG.

São Paulo encontra-se em um momento de promover várias iniciativas para assegurar a mitigação e adaptação às mudanças climáticas. O Decreto nº 65.881 de 20/07/2021 requer que o estado de São Paulo adira às campanhas “*Corrida para o Zero*” e “*Corrida para a Resiliência*”, com o objetivo de reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) e a resiliência climática. A cidade de São Paulo comprometeu-se a neutralizar as suas emissões de gás de efeito estufa até 2050. Este compromisso encontra-se definido no *PlanClima SP*, lançado em 2021, o qual define a estratégia e plano de ação para mitigar as emissões de GEE e que assegura acesso igualitário aos mecanismos de adaptação a mudanças climáticas.

Pensando nisso e preocupados com essa agenda e programas de sustentabilidade estaduais, o Desenvolve SP criou, no primeiro semestre de 2022, uma área voltada totalmente para o tema na instituição. A Susim veio para endereçar o assunto internamente e será responsável pela gestão das atividades relacionadas à sustentabilidade e ao impacto dos negócios da instituição. Ainda, implementará e apoiará propostas de ações estratégicas que contribuam para a transformação do estado de São Paulo, com foco em sustentabilidade, inovação e na redução das desigualdades regionais e sociais, alinhadas à agenda global de desenvolvimento sustentável, bem como a promoção do processo de enquadramento dos financiamentos nas dimensões econômica, social, ambiental e climática, de forma integrada ao processo de crédito.

Ainda no primeiro semestre, como resultado do trabalho feito pela instituição, em parceria com o BID, foi estabelecido o primeiro *Framework de Financiamento Sustentável* da instituição. Neste documento é possível verificar o alinhamento institucional a programas de governo inerentes ao tema, as linhas pertinentes para atendimento aos empreendedores paulistas, bem como os critérios preestabelecidos para mensuração de impacto. Além disso, o comprometimento da instituição em transformar o assunto em uma transversal em seu planejamento estratégico, incutindo

processos previamente definidos nas rotinas laborais das áreas mais estratégicas, promovendo treinamento e criando uma cultura organizacional ao redor do tema, traz uma nova perspectiva institucional.

Além disso, como marco deste primeiro semestre, tivemos a contratação da empresa *Carbon Free*, que elaborou o inventário de gases de efeito estufa (GEE), referente ao ano de 2021, do Desenvolve SP, inerente ao escopo 1², e formulou o nosso plano de neutralização de carbono com o plantio de árvores nativas no estado de São Paulo. Como resultado dessa consultoria e desse inventário, foi estipulado o plantio de 380 mudas de árvores, o qual foi realizado no dia 21 de fevereiro de 2022, na cidade de Itapetininga/SP. O Selo *Carbon Free* é um sinal de que a organização reconhece seu impacto no meio ambiente e promove ações para resolvê-los.

Como próximas ações para o segundo semestre de 2022, estão em tratativas:

- a realização do *Second Party Opinion* (SPO - Opinião de Segunda Parte) no documento finalizado do Framework de Financiamento Sustentável, que possibilita a verificação do conteúdo do documento por uma empresa de avaliação externa, que neste caso será realizada pela NINT Natural Intelligence (antiga Sitawi). O *Framework* e o SPO serão publicados na página *web* do Desenvolve SP oportunamente.
- a participação em um projeto junto à Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), em parceria com a NINT, que terá como escopo trabalhar uma metodologia de integração dos ODS para mensurar a efetividade das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFD) brasileiras.

² O escopo 1 engloba as emissões lançadas à atmosfera que vêm diretamente do processo produtivo da empresa, ou seja, são aquelas emissões sobre as quais a organização possui responsabilidade direta.

8. COOPERAÇÃO TÉCNICA E INSTITUCIONAL

8.1 Implementação de Políticas Públicas

O Desenvolve SP atua de forma transversal em conjunto com o Governo do Estado de São Paulo, participando ativamente de projetos e políticas públicas do governo, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da economia paulista. Atua como instrumento financeiro em diversos programas, como:

- Programa Vale do Futuro;
- Programa de Crédito Turístico;
- Programa de Investimento no Setor de Audiovisual (Proav);
- Programa Pontal 2030 (Paranapanema);
- Programa Aesp;
- Programa de Apoio ao Setor Avícola (Proavi);
- Programa Empreenda Rápido;
- Programa Frota Nova;
- Programa Água Limpa;
- Iluminação Pública;
- Programa Desenvolve Municípios.

8.2 Cooperação Técnica

Além dos programas governamentais, o Desenvolve SP valoriza as parcerias relevantes com entidades e instituições multilaterais, que apresentaram sinergia com seus planos estratégicos:

Desenvolve SP se torna membro da Alide: No primeiro semestre de 2022, o Desenvolve SP tornou-se membro da Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (Alide). A Alide é um organismo internacional que representa os bancos de financiamento latino-americanos desde 1968, visando contribuir para o desenvolvimento regional, a cooperação financeira e os negócios, impulsionando setores econômicos na América Latina.

Ser membro da Alide permite que a entidade tenha uma relação institucional em apoio a diferentes objetivos, bem como acesso ao conjunto de serviços de: treinamento, assistência técnica, estudos, fóruns internacionais e reuniões técnicas, desenvolvimento de projetos e investimentos, divulgação e troca de informações, que a Associação disponibiliza aos seus membros para contribuir para a elevação de sua eficiência no melhor cumprimento de sua missão.

Fórum do Desenvolvimento: evento organizado pela ABDE em Brasília, que discutiu sustentabilidade e agendas de futuro. O presidente do Desenvolve SP esteve presente em dois painéis no fórum.

Evento “O Papel dos Bancos de Desenvolvimento na Agenda de Sustentabilidade”: promovido pelo Desenvolve SP e pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), e uma entrevista de destaque do presidente do Desenvolve SP e do diretor da Agência Francesa de Desenvolvimento e do *International Development Finance Club* (IDFC), Rémy Rioux, ao jornal Valor Econômico.

Comitiva do Banco Europeu de Investimento (BEI): a visita teve como objetivo discutir parcerias visando a captação de recursos para financiamentos a projetos sustentáveis e climáticos. Estiveram presentes o vice-presidente do BEI, Ricardo Mourinho Félix e outras autoridades.

O Desenvolve SP também recebeu neste semestre, visitas do representante no Brasil do BID, Morgan Doyle, e do presidente do Fundo Financeiro de Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), Juan Notaro.

8.3 Relacionamento Institucional

As ações externas realizadas pelo Desenvolve SP, destinadas ao Setor Público e Privado, foram acompanhadas pela equipe de assessoria de imprensa, que trabalhou conteúdos relativos à tais demandas junto aos principais veículos formadores de opinião. Além disso, atuou para emprestar visibilidade à capilaridade das atividades do Desenvolve SP, uma das mensagens-chave mais relevantes da empresa e ao seu compromisso com os ODS no debate pela sustentabilidade.

Rio Innovation Week: o Desenvolve SP participou como um dos principais convidados do painel “Inovação em crédito”, onde foi apresentado o programa Crédito Inovação Finep-Sebrae.

I Encontro da GFANZ + Race to Zero Brasil Mobilizando as Finanças: o encontro, liderado pelo presidente da COP26, Alok Sharma, contou com a participação do presidente do Desenvolve SP.

3ª edição do SBT Conecta: evento com debates acerca da implantação do 5G no país, contou com a participação do presidente do Desenvolve SP, junto ao governador do Estado de São Paulo.

Webinar Cooperação Multilateral e Financiamento de Transições Energéticas: importante evento internacional, organizado pelo Centro de Política Energética Global da Universidade de Columbia (Estados Unidos), em parceria com a universidade de Oxford (GB), contou com a participação do presidente do Desenvolve SP.

Painel: *Multilateral Cooperation and the Financing of Energy Transitions*
– Columbia University.

Climate Policy Initiative - Oitava Reunião de Alto Nível do San Giorgio Group.

Seminário Conjunto OECD-FiCS-AFD – Alinhamento das Finanças aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Workshop Aliança dos Bancos Subnacionais de Desenvolvimento da América Latina e Caribe – Garantias e Mecanismos de Redução de Riscos.

Eventos do “Agenda”: organizado pela EPTV e patrocinado pelo Desenvolve SP em diversas edições e localidades diferentes, os eventos contaram com a presença de empresários, prefeitos e representantes municipais. Foram produzidos releases com distribuição prévia aos eventos e que abriram importantes espaços em mídia espontânea.

Programa Vale do Futuro: o Desenvolve SP participa mensalmente de reuniões com empresários da região.

Governo na área: iniciativa que aproxima a gestão pública do cidadão, onde o Desenvolve SP participa, junto a outras secretarias do Governo do Estado, com atendimento aos participantes. Apesar do público-alvo deste evento serem as prefeituras, foram realizados 20 atendimentos a empresários interessados em linhas de financiamento.

Evento Conexidades, em Guarujá/SP: Evento voltado ao setor público, onde o Desenvolve SP participou, por 4 dias, com atendimento aos prefeitos e representantes municipais de todo o estado;

Evento Alternativas de Desenvolvimento, em Jaguariúna/SP: evento voltado aos prefeitos e representantes municipais da região, onde tivemos apresentações de diversos atores locais, além do Secretário Estadual de Turismo e de representante do Desenvolve SP. Durante o evento, também foram realizados atendimentos aos participantes.

1º workshop de Sensibilização do Programa de incentivo ao Crédito Orientado e Acesso ao Mercado para o Turismo do Estado de São Paulo: Além da apresentação em painel, junto a outras instituições financeiras, o Desenvolve SP realizou atendimentos aos participantes do evento.

A equipe da Superintendência de Negócios do Setor Privado participou de 60 eventos, com atendimento a 452 empresários, como Rodada de Crédito Sebrae, Agrishow, Expoprint, Evento de Inovação em Parques Tecnológicos, Road Show Senai (Nova linha de inovação), atendimento à empresários do setor de Turismo na Sala do Investidor da Secretaria de Turismo e atendimento e palestras em Associações Comerciais.

São Paulo, 24 de agosto de 2022.

SERGIO GUSMÃO SUCHODOLSKI
Diretor Presidente

OTÁVIO LOBÃO DE MENDONÇA VIANNA
Diretor Financeiro e de Crédito

GABRIELA REDONA CHISTE
Diretora de Negócios e Fomento

KAREN KEMELY MUSSI MHEREB
Diretora Administrativa, de Projetos e Processos

COMPOSIÇÃO EM 24/08/2022

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jorge Luiz Avila da Silva – *Presidente do Conselho de Administração*

Eduardo Marson Ferreira

Jerônimo Antunes

Lídia Goldenstein

Luiz Márcio de Souza

Roberto Brás Matos Macedo

Ricardo Lorenzini Bastos

Sergio Gusmão Suchodolski

Thiago Pinho Mardo

DIRETORIA COLEGIADA

Sergio Gusmão Suchodolski – *Diretor Presidente*

Otavio Lobão de Mendonça Vianna - *Diretor Financeiro e de Crédito*

Gabriela Redona Chiste - *Diretora de Negócios e Fomento*

Karen Kemely Mussi Mhereb - *Diretora Administrativa, de Projetos e Processos*

COMITÊ DE AUDITORIA

Jerônimo Antunes - *Presidente*

Francisco Vidal Luna

Izaura Antunes de Sá Finzetto

Walter M. Machado de Barros

FICHA TÉCNICA – 30/06/2022

R\$ 2,156 bilhão Capital Social	R\$ 93,7 milhões Lucro Líquido
R\$ 2.303 milhões Patrimônio Líquido	R\$ 3.872 milhões Ativos Totais
R\$ 300 milhões Desembolso em 2022	941 Empresas atendidas em 2022
19 Prefeituras atendidas	934 Operações novas em 2022
R\$ 2.121 milhões Saldo da Carteira de Crédito	8,44% ROAE
21,9% Índice de Eficiência	84,47% Índice de Qualidade da Carteira (AA-C)
4,61% Índice de Inadimplência	149 Colaboradores

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Administradores do
Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras do **Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. (“Instituição”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 3 e 6, as demonstrações financeiras incluem provisões para perdas esperadas associadas ao risco de créditos no montante de R\$ 159.091 mil, considerando os parâmetros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da Resolução nº 2.682/99, que considera a classificação das operações de crédito de acordo com seu risco, sendo “AA” para risco mínimo e “H” para risco máximo, conjugados com os percentuais estabelecidos naquela Resolução. Os níveis de risco são determinados pela metodologia interna, que considera premissas e julgamentos do Desenvolve SP. A Administração considerou os impactos das normas do BACEN sobre as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em decorrência da COVID-19.

Devido à relevância das operações de crédito e as incertezas relacionadas à estimativa nas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, consideramos que este é um assunto significativo de auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nós avaliamos o desempenho, a implementação e testamos a efetividade operacional dos controles-chave e relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, além das metodologias de avaliação e classificação dos níveis de risco das operações e de crédito (de AA à H), principais premissas utilizadas no cálculo e exatidão das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que incluem os impactos ocasionados pela COVID-19 e o entendimento dos procedimentos da Administração para determinar os impactos sobre as perdas esperadas e seus respectivos ajustes. Efetuamos o recálculo da provisão e, com base em amostragem, avaliamos a aplicação da Resolução nº 2.682/99 e demais normas CMN e BACEN, bem como sua adequada divulgação nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos anteriormente resumidos, consideramos adequada e aceitável a estimativa realizada para o provisionamento para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ativo fiscal diferido

Conforme Nota Explicativa nº 14, foram constituídos ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 83.676 mil, que tomaram como base estudo de projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. A projeção de lucro tributário envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidas pela Administração com base em estudo do cenário atual e futuro, baseados em estratégias e cenários macroeconômicos, considerando o desempenho e crescimento esperado em seu mercado de atuação, conforme requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil. Devido à relevância do saldo e a utilização de diferentes premissas suscetíveis a mudanças na projeção futura de lucro tributário que poderiam gerar diferentes valores ou prazos previstos para realização do ativo fiscal diferido, especialmente no contexto dos impactos nos resultados em decorrência da COVID-19, que pode modificar significativamente os valores e os prazos previstos para realização do ativo fiscal diferido, com consequente impacto contábil, essa é uma área de estimativa crítica e foi definida como assunto significativo para nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos consideram o entendimento do processo de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis para constituição do ativo fiscal diferido, tendo sido efetuado seu recálculo e análise das premissas utilizadas com o auxílio de nossos especialistas da área tributária. Analisamos a consistência das premissas críticas utilizadas para a projeção dos resultados, tendo sido avaliado o atendimento às normas vigentes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil. Nossos procedimentos incluíram a avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas, com base nos procedimentos descritos, consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração são aceitáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o “Relatório da Administração”.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrangem o “Relatório da Administração” e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o “Relatório da Administração” e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no “Relatório da Administração”, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

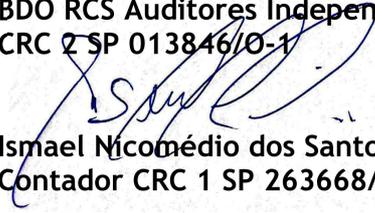


Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de agosto de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1


Ismael Nicomedio dos Santos
Contador CRC 1 SP 263668/O-4

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

Balço Patrimonial

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

ATIVO	NOTA EXPLICATIVA			PASSIVO	NOTA EXPLICATIVA		
		30.06.2022	31.12.2021			30.06.2022	31.12.2021
DISPONIBILIDADES	4	105	131	DEPOSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.488.235	1.500.092
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		3.847.554	3.874.643	Recursos de Repasse	9a	987.613	991.643
Títulos e Valores Mobiliários	5a e 5b	1.725.807	1.804.700	Empréstimos no Exterior	9b	440.562	447.657
Instrumentos Financeiros e Derivativos	5c	-	4.501	Instrumentos Financeiros e Derivativos	5c	9.447	-
Operações de Crédito	6e	2.121.747	2.065.442	Outros Passivos Financeiros	9c	50.613	60.792
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(159.107)	(140.616)	PROVISÕES	16	2.096	1.827
Operações de Crédito	6a e 6e	(159.091)	(140.599)	OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	10	40.439	48.567
Outros Créditos		(16)	(17)	OUTROS PASSIVOS	11	38.630	31.453
ATIVO FISCAL DIFERIDO	14b	83.676	71.870				
OUTROS ATIVOS		67.135	47.543				
Outros Valores e Bens	7a	41.931	41.968				
Outros Créditos	7b	25.204	5.575				
IMOBILIZADO DE USO	8a	33.849	33.849				
INTANGÍVEL	8b	8.759	7.558	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	2.302.985	2.303.852
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO		(7.147)	(6.748)	Capital		2.156.476	1.156.476
Imobilizado	8a	(4.112)	(3.872)	Capital De Domiciliados no País		2.156.476	1.156.476
Intangível	8b	(3.035)	(2.876)	Aumento de Capital		-	-
PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS	7a e 8a	(2.439)	(2.439)	Reservas de lucros		146.509	100.772
TOTAL DO ATIVO		3.872.385	3.885.791	TOTAL DO PASSIVO		3.872.385	3.885.791

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.**Demonstração de resultado****Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021***(Em milhares de Reais, exceto pelo resultado líquido por ação)*

	Nota	30.06.2022	30.06.2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		246.121	141.932
Operações de crédito	6b	174.691	127.475
Resultado de aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e câmbio		92.081	24.120
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5c	(20.651)	(9.663)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(107.520)	(66.102)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	9d	(80.931)	(49.402)
Operações de Vendas ou de Transferência de Ativos Financeiros	6h	-	-
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	6f	(26.589)	(16.700)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		138.601	75.830
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS E PRINCIPAIS DESPESAS OPERACIONAIS		(8.101)	(19.915)
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	13a	30.180	16.326
Despesas de pessoal	13b	(23.722)	(22.421)
Outras despesas administrativas	13c	(17.567)	(18.204)
Despesas tributárias	13d	(10.692)	(6.177)
Outras receitas operacionais	13e	13.760	10.824
Outras despesas operacionais	13f	(60)	(263)
DESPESAS DE PROVISÕES		(268)	(43)
Trabalhista		(233)	-
Outras		(35)	(43)
RESULTADO OPERACIONAL		130.232	55.872
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		9	14
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES		130.241	55.886
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14	(34.952)	(14.071)
Imposto de renda e CSLL corrente		(46.758)	(19.891)
Imposto de renda e CSLL diferido		11.806	5.820
PARTICIPAÇÃO NO LUCRO		(1.562)	(1.414)
RESULTADO LÍQUIDO		93.727	40.401
N.º DE AÇÕES		1.902.204.132	1.059.494.624
RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO		0,04927	0,03813

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	30.06.2022	30.06.2021
Lucro Líquido do semestre	93.727	40.401
Outros Resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do semestre	93.727	40.401

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais)

	Capital realizado	Aumento de Capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Legal	Especial de lucro		
Saldos em 01/01/2021	1.041.977	12.925	20.790	84.077	-	1.159.769
Aumento de Capital	114.499	(12.925)		(32.574)		69.000
Juros sobre o capital próprio exercício anterior	-	-	-	(2.327)	-	(2.327)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	40.401	40.401
Destinações:						
Reservas	-	-	2.020	16.274	(18.294)	-
Dividendo mínimo obrigatório - JCP	-	-	-	-	(9.595)	(9.595)
Juros sobre o capital próprio adicionais propostos	-	-	-	12.512	(12.512)	-
Saldos em 30/06/2021	1.156.476	-	22.810	77.962	-	1.257.248
Mutações do semestre	114.499	(12.925)	2.020	(6.115)	-	97.479
Saldos em 01/01/2022	2.156.476	-	25.866	121.510	-	2.303.852
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio exercício anterior	-	-	-	(72.334)	-	(72.334)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	93.727	93.727
Destinações:						
Reservas	-	-	4.686	37.618	(42.304)	-
Dividendo mínimo obrigatório - JCP	-	-	-	-	(22.260)	(22.260)
Juros sobre o capital próprio - Dividendos adicionais propostos	-	-	-	29.163	(29.163)	-
Saldos em 30/06/2022	2.156.476	-	30.552	115.957	-	2.302.985
Mutações do semestre	-	-	4.686	(5.553)	-	(867)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto
Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	30.06.2022	30.06.2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participações		130.241	55.886
Ajustes ao lucro antes dos impostos e participações			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		26.589	16.700
Depreciação e amortização		399	395
Provisão para desvalorização de títulos livres		(1.250)	1.150
Constituição de perdas por impairment de ativos		-	-
Provisão para passivos contingentes		269	43
Lucro ajustado antes dos impostos e participações		156.248	74.174
Variação ativo/passivo			
(Aumento)/redução em TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos		(70.402)	(21.237)
(Aumento)/redução operações de crédito		(64.402)	(52.524)
(Aumento)/redução créditos tributários		(11.806)	(5.878)
(Aumento)/redução outros créditos		(19.629)	(37.160)
(Aumento)/redução outros valores e bens		37	(80)
Aumento/(redução) depósitos e outros instrumento financeiros		(732)	(54.081)
Aumento/(redução) obrigações por empréstimos e repasses		(11.125)	175.435
Aumento/(redução) outras obrigações		17.076	8.033
Imposto de renda e contribuição social pagos		(54.606)	(24.712)
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades operacionais		(59.341)	61.970
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado de uso		-	(110)
Aplicações no intangível		(1.201)	(844)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(1.201)	(954)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Juros sobre o capital próprio pagos exercício anterior		(88.538)	(8.410)
Juros sobre o capital próprio pagos		(5.992)	(4.768)
Aumento de capital		-	69.000
Caixa líquido (aplicado)/proveniente nas atividades de financiamentos		(94.530)	55.822
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		(155.072)	116.838
Modificação na posição de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	4	242.544	111.819
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	4	87.472	228.657
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		(155.072)	116.838

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 - Contexto operacional

O Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. (“Instituição”) é uma Instituição financeira de capital fechado, com sede na Rua da Consolação, 371, Centro, São Paulo – SP, constituída sob a forma de empresa pública estadual, pela Lei Estadual nº 10.853/2001 e regulamentada pelo Decreto nº 52.142/2007, sendo parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo.

A Instituição iniciou suas atividades operacionais em 11 de março de 2009, após autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil, obtida em 11 de fevereiro de 2009.

Constitui objeto da Instituição a promoção do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, podendo, para tanto, conceber e implantar ações de fomento sob as diferentes modalidades a que alude a Resolução nº 2.828, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional (CMN), ou outras que venham a substituí-la ou alterá-la, e demais normas que regulam as Agências de Fomento, incluindo o financiamento de capital fixo e de giro associados a projetos produtivos no Estado de São Paulo, através de recursos próprios e repasses de recursos captados no País e no exterior originários de:

- i. Fundos governamentais;
- ii. Orçamento estadual;
- iii. Organismos e Instituições Nacionais e Internacionais de Desenvolvimento.

Também faz parte do objeto social, a prestação de garantias, a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, bem como a administração de fundos de desenvolvimento, observado o disposto no art. 35, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

2 - Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) e normatizações do Conselho Monetário Nacional.

No segundo semestre de 2021, o Banco Central do Brasil divulgou a Resolução CMN nº. 4.966/21, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge, que substitui entre outras normas a Resolução CMN nº 2.682, a Resolução CMN nº 3.533, a Circular Bacen nº 3.068 e a Circular nº 3.082. A Resolução do CMN Nº 5.019 dispõe que a Instituição deverá, até 31 de dezembro de 2022, elaborar e manter à disposição do Banco Central Brasil o plano para a implementação, aprovado pelo Conselho de Administração. A Instituição está avaliando a aplicação do normativo e, portanto, não é possível ainda mensurar os seus efeitos. As Resoluções CMN nºs 4.967/21 e 4.975/21, também divulgadas no segundo semestre de 2021, não produzirão impactos sobre as demonstrações financeiras da Instituição.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir.

Em de 24 de agosto 2022, o Conselho de Administração aprovou a conclusão das demonstrações financeiras do Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo.

3 - Principais práticas contábeis

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, que serão registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Instrumentos financeiros

i. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira própria foram registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os fundos de investimento são registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador.

As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devam ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado.

De acordo com a Circular BACEN nº. 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a hedge ou não.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (*hedge*) podem ser classificados como:

- I - hedge de risco de mercado; e
- II - hedge de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge e os respectivos objetos de hedge são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- (1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do semestre; e
- (2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

ii. Operações de crédito, obrigações por repasse e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

- Operações de crédito e obrigações por repasse

As operações de crédito e as obrigações por repasse estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos.

Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

- Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco AA – H e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos. Anualmente, as classificações das operações de crédito são revisadas.

A Administração adota a premissa da contagem em dobro dos prazos para constituição da provisão por atraso das operações de crédito com prazo superior a 36 meses e que possuam garantias reais, conforme facultado pelo artigo 4º, parágrafo primeiro, da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

- Renegociações

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível "H". Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Conforme disposto pela Resolução nº 4.803/20, emitida pelo CMN, alterada pela Resolução nº 4.855/20, as operações renegociadas no período de 1º de março a 31 de dezembro de 2020 foram mantidas no nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020, exceto: (a) as operações com atraso igual ou superior a 15 dias em 29 de fevereiro de 2020; e (b) operações com evidências de incapacidade de a contraparte honrar a obrigação nas novas condições pactuadas.

d) Outros Valores e Bens

Compostos por ativos não financeiros mantidos para venda, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor bruto do instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução e o valor justo menos despesas de venda; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

e) Imobilizado de uso e Intangível.

O imobilizado de uso e o intangível são registrados ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas.

A depreciação e a amortização são reconhecidas no resultado pelo método linear, considerando a taxa apresentada na nota explicativa nº 8. Terrenos não são depreciados.

A vida útil e os valores residuais dos bens são reavaliados e ajustados, se necessários, em cada data do balanço ou quando aplicáveis.

f) Tributos correntes e diferidos

Os tributos são apurados, conforme alíquotas a seguir:

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda – IRPJ (15% + Adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	20%
Programa de Integração Social – PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R\$240 mil no ano.

Conforme a legislação tributária, a Instituição optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa da receita, a título de antecipação do efetivo pagamento, devido no ajuste anual.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido são constituídos através das diferenças temporárias, entre o resultado contábil e fiscal. A expectativa de realização destes créditos está demonstrada na nota explicativa nº 14 b.

g) Demais ativos e passivos

São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações financeiras, calculados “pro-rata” dia e, quando aplicável, reduzidos para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes

A Instituição segue as diretrizes da Resolução nº 3.823/2009, do Conselho Monetário Nacional, a qual aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, sendo os principais critérios:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

i) Redução do valor recuperável de ativos

Anualmente ou quando há evidências que o valor contábil possa não ser recuperável, é realizada a revisão dos valores líquidos dos ativos a fim de avaliar a necessidade de serem constituídas eventuais provisões para desvalorização. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

j) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, determinou a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota explicativa 27b.

k) Benefícios a empregados

A Instituição não oferece benefícios de longo prazo a empregados.

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	30.06.2022	31.12.2021
Disponibilidades	105	131
Cotas de Fundo de Renda Fixa (nota explicativa nº 5)	87.367	242.423
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	87.472	242.544

5 - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
a) Composição da carteira – Títulos e Valores Mobiliários

	30.06.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	1.499.487	1.499.487	-	1.421.076	1.421.076
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	21.984	21.984	-	21.359	21.359
Cotas de Fundo de Renda Fixa	87.367	-	87.367	242.413	-	242.413
Cotas de Fundos de Investimento em Participações – FIP	2.233	108.539	110.772	-	115.676	115.676
Cotas de Fundos Garantidores de Op. de Crédito	-	6.959	6.959	-	6.188	6.188
(-) Provisões para desvalorizações	-	(762)	(762)	-	(2.012)	(2.012)
Total	89.600	1.636.207	1.725.807	242.413	1.562.287	1.804.700

As cotas do Fundo de Renda Fixa, aplicadas no BB FEFI CP AUTOM FIC, Cotas de Fundos de Investimento em Participações, Letras Financeiras do Tesouro e Letras do Tesouro Nacional são custodiadas e administradas pelo Banco do Brasil S.A.

b) Cotas de fundos de investimento em participações

Fundo	30.06.2022				31.12.2021			
	Capital subscrito	Capital integralizado	Valor contábil	Provisão para desvalorização	Capital subscrito	Capital integralizado	Valor contábil	Provisão para desvalorização
Inovação Paulista	25.000	21.983	49.838	(134)	25.000	21.983	49.568	-
BBI Financial I	10.000	10.000	45.706	(613)	10.000	10.000	45.706	(253)
CRP Empreendedor	10.000	646	2.233	-	10.000	2.343	9.104	-
Aeroespacial	15.000	6.166	12.995	(15)	15.000	7.303	11.298	(1.645)
Total	60.000	38.795	110.772	(762)	60.000	41.629	115.676	(1.898)

Administradores dos Fundos: Lions Trust Administradora de Recursos Ltda (Inovação Paulista), FinHealth Gestão de Recursos S/A (BBI Financial I), CRP Companhia de Participações (CRP Empreendedor) e Portcapital Gestora de Recursos Ltda (Aeroespacial).

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

A Instituição visando mitigar os riscos decorrentes das variações cambiais da operação de captação externa (objeto de *hedge*) efetuada junto à International Finance Corporation (IFC) se utiliza de instrumento financeiro derivativo na modalidade *swap*, registrado em contas patrimoniais e de compensação.

O vencimento do instrumento derivativo usado nessa modalidade possui mesmo vencimento da operação captada, sendo ambos ajustados ao valor de mercado que é apurado por metodologia interna.

O Desenvolve SP adota a contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting*, na categoria de risco de mercado e, conforme determina a Circular BACEN nº. 3.082, de 30 de janeiro de 2002, as variações e ajustes decorrentes da valorização destes instrumentos e objetos de *hedge* são registrados em conta de resultado.

A tabela a seguir apresenta os valores lançados em contas patrimoniais e de compensação:

Swap - ativo	30.06.2022			31.12.2021	
	Valor Referencial (Conta de Compensação)	Valor a Pagar/Receber (Conta Patrimonial)	Efeito líquido (Conta de Resultado)	Valor a Pagar/Receber (Conta Patrimonial)	Efeito líquido (Conta de Resultado)
(US\$+Libor+taxa) x (R\$+%CDI)	158.205	(9.447)	(20.651)	4.501	2.115

O vencimento da captação (objeto de *hedge*) e do derivativo (instrumento de *hedge*) estão a seguir demonstrados:

	30.06.2022				31.12.2021	
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Total	Total
Objeto	-	2.922	4.427	148.194	155.543	167.328
Instrumento	-	(8.990)	(7.087)	6.630	(9.447)	4.501

A tabela abaixo apresenta o valor da curva e de mercado do objeto e instrumento de *hedge*:

	30.06.2022				31.12.2021		
	Valor referencial	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Objeto	158.205	158.488	(2.945)	155.543	168.708	(1.380)	167.328
Instrumento	158.205	(6.502)	(2.945)	(9.447)	5.881	(1.380)	4.501

6 – Operações de crédito
a) Carteira por modalidade

	30.06.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Empréstimos	286.603	722.820	1.009.423	251.810	671.441	923.251
Financiamentos	232.845	718.357	951.202	198.553	758.188	956.741
Financiamento de Infraestrutura e Desenvolvimento	54.960	106.162	161.122	57.073	128.377	185.450
Total da Carteira de Crédito	574.408	1.547.339	2.121.747	507.436	1.558.006	2.065.442
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(46.347)	(112.744)	(159.091)	(31.173)	(109.426)	(140.599)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	528.061	1.434.595	1.962.656	476.263	1.448.580	1.924.843

b) Receitas da intermediação financeira - Operações de crédito

	30.06.2022	30.06.2021
Empréstimos	87.028	59.658
Financiamentos	70.684	45.163
Financiamento de infraestrutura e desenvolvimento	14.755	18.813
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.224	3.841
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	-	-
Total	174.691	127.475

c) Carteira por setor de atividade econômica

	30.06.2022	Participação	31.12.2021	Participação
Setor Público	244.077	12%	249.181	12%
Administração Direta	244.077	12%	249.181	12%
Setor Privado	1.877.670	88%	1.816.261	88%
Outros serviços	1.049.672	49%	1.013.285	49%
Comércio	442.497	21%	401.613	20%
Indústria	379.627	18%	395.214	19%
Rural	4.664	-	4.173	-
Pessoas Físicas	1.210	-	1.976	-
Total	2.121.747	100%	2.065.442	100%

d) Carteira por níveis de risco e prazos de vencimento

	Operações em Curso Normal								30.06.2022	31.12.2021	Total da Carteira	Total da Carteira
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Parcelas Vincendas	297.653	370.771	465.315	655.885	48.741	30.881	26.887	14.981	56.120	1.967.234	2.027.128	
01 a 30	9.319	11.047	12.858	17.072	1.494	997	636	384	522	54.329	47.268	
31 a 60	7.979	8.600	9.448	13.575	1.008	791	460	341	384	42.586	40.033	
61 a 90	7.806	8.230	8.736	12.185	1.129	804	459	340	230	39.919	38.465	
91 a 180	23.377	24.587	24.840	33.550	3.396	2.346	1.329	1.013	1.013	115.451	120.506	
181 a 360	46.967	50.198	60.543	79.746	6.694	4.547	2.507	1.986	9.445	262.633	244.277	
Acima de 360	202.205	268.109	348.890	499.745	35.020	21.346	21.496	10.917	44.515	1.452.316	1.536.579	
Parcelas Vencidas	-	327	1.021	1.957	211	443	20	310	633	4.922	2.163	
01 a 30	-	327	762	1.426	60	97	4	310	423	3.409	1.293	
31 a 60	-	-	259	531	151	346	16	-	210	1.513	870	
Subtotal	297.653	371.098	466.336	657.842	48.952	31.324	26.907	15.291	56.753	1.972.156	2.029.291	

Operações em Curso Anormal ^(a)										30.06.2022	31.12.2021
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira
Parcelas Vincendas	-	-	-	57.175	30.433	15.067	7.986	5.778	12.886	129.325	30.373
01 a 30	-	-	-	1.140	580	391	271	303	414	3.099	701
31 a 60	-	-	-	770	540	387	269	290	403	2.659	733
61 a 90	-	-	-	770	551	359	265	211	410	2.566	731
91 a 180	-	-	-	2.448	1.910	1.111	817	629	1.164	8.079	2.266
181 a 360	-	-	-	7.134	4.125	2.208	1.419	951	2.062	17.899	4.515
Acima de 360	-	-	-	44.913	22.727	10.611	4.945	3.394	8.433	95.023	21.427
Parcelas Vencidas	-	-	-	5.878	4.027	2.875	1.847	1.908	3.731	20.266	5.778
01 a 30	-	-	-	634	403	125	98	94	210	1.564	488
31 a 60	-	-	-	473	468	116	98	87	218	1.460	455
61 a 90	-	-	-	3.082	1.267	365	107	347	642	5.810	543
91 a 180	-	-	-	1.689	1.889	692	1.149	937	647	7.003	1.334
181 a 360	-	-	-	-	-	1.577	395	443	1.712	4.127	2.745
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	302	302	213
Subtotal	-	-	-	63.053	34.460	17.942	9.833	7.686	16.617	149.591	36.151
Total	297.653	371.098	466.336	720.895	83.412	49.266	36.740	22.977	73.370	2.121.747	2.065.442

(a) Operações vencidas acima de 59 dias.

e) Constituição das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Nível de Risco	Provisão %	30.06.2022		31.12.2021	
		Valor das Operações	Provisão	Valor das Operações	Provisão
AA	-	297.653	-	327.248	-
A	0,5	371.096	(1.855)	422.679	(2.113)
B	1,0	466.336	(4.663)	447.467	(4.475)
C	3,0	720.897	(21.627)	659.370	(19.781)
D	10,0	83.412	(8.342)	51.004	(5.101)
E	30,0	49.267	(14.780)	32.711	(9.813)
F	50,0	36.740	(18.370)	40.226	(20.113)
G	70,0	22.975	(16.083)	18.447	(12.913)
H	100,0	73.371	(73.371)	66.290	(66.290)
Total		2.121.747	(159.091)	2.065.442	(140.599)

f) Movimentação da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

	30.06.2022	31.12.2021
Saldo Inicial	140.599	108.344
Créditos baixados para prejuízo	(8.097)	(11.300)
Provisão constituída	26.589	43.555
Saldo Final	159.091	140.599

g) Informações complementares

	30.06.2022	31.12.2021
Créditos renegociados ^(a)	34.624	421.485
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	2.224	24.101

(a) Considera-se renegociação qualquer tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

7 - Outros Ativos
a) Outros Valores e Bens

	Custo	Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Custo Líquido de Provisão	
			30.06.2022	31.12.2021
Ativos não financeiros mantidos para venda – Imóveis recebidos	41.913	(1.689)	40.224	40.224
Despesas antecipadas	18	-	18	55
Total em 30/06/2022	41.931	(1.689)	40.242	
Total em 31/12/2021	41.968	(1.689)		40.279

b) Outros Créditos

	30.06.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Títulos e créditos a receber ^(a)	18.750	-	18.750	-	-	-
Rendas a receber	3.670	-	3.670	3.381	-	3.381
Devedores diversos - País	1.080	-	1.080	1.318	-	1.318
Adiantamentos e antecipações salarias	971	-	971	167	-	167
Devedores por compra de valores e bens	32	128	160	32	137	169
Outros	573	-	573	540	-	540
Total	25.076	128	25.204	5.438	137	5.575

(a) Referem-se a créditos de ICMS recebidos em quitação de operações de crédito, cuja liquidação financeira ocorreu em 14/07/2022.

8 - Imobilizado e Intangível

a) Imobilizado de Uso

	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação	Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Custo líquido de Depreciação	
					30/06/2022	31/12/2021
Imóveis de Uso:						
- Terrenos	-	11.600	-	-	11.600	11.600
- Edificações	1,67%	20.161	(2.564)	(750)	16.847	17.007
Outras Imobilizações de Uso:						
Móveis e Equipamentos	3,33% a 20%	1.571	(1.165)	-	406	468
Sistema de Processamento de Dados	20%	138	(112)	-	26	29
Sistema de Comunicação	6,67% a 20%	252	(167)	-	85	96
Instalações	10%	127	(104)	-	23	27
Total em 30/06/2022		33.849	(4.112)	(750)	28.987	-
Total em 31/12/2021		33.849	(3.872)	(750)	-	29.226

b) Intangível

	Custo	Amortização	Custo Líquido de Amortização	
			30.06.2022	31.12.2021
Outros Ativos Intangíveis:				
Software – adquiridos	5.444	(3.035)	2.409	2.568
Software – gerados internamente em andamento	3.315	-	3.315	2.114
Total em 30/06/2020	8.759	(3.035)	5.724	-
Total em 31/12/2021	7.558	(2.876)	-	4.682

9 - Depósitos e demais instrumentos financeiros

a) Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais

	30.06.2022						31.12.2021	
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Total	%	Total	%
BNDES	14.992	62.354	76.112	335.714	489.172	49,53	460.992	46,48
FUNGETUR	12.848	46.747	56.567	281.709	397.871	40,29	425.564	42,92
FINEP	2.297	10.292	12.192	59.706	84.487	8,55	87.571	8,83
FINAME	698	3.492	3.393	8.500	16.083	1,63	17.516	1,77
Total	30.835	122.885	148.264	685.629	987.613	100,00	991.643	100,00

b) Empréstimos no exterior

Tranche	Data da Liberação	Vencimento Final	Taxa de Juros	Valor liberado	30.06.2022		31.12.2021	
					Circulante	Não circulante	Total	Total
CAF-1	12/08/2020	12/08/2026	CDI+2,84%	109.912	30.619	85.487	116.106	113.923
CAF-2	11/09/2020	11/09/2026	CDI+2,74%	84.022	22.578	65.350	87.928	86.496
CAF-3	28/09/2020	28/09/2026	CDI+2,82%	77.876	20.415	60.570	80.985	79.910
IFC -1	14/05/2021	16/03/2026	Libor 6M + 2,45%	158.205	7.349	148.194	155.543	167.328
Total				430.015	80.961	359.601	440.562	447.657

O financiamento contratado com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no montante total de US\$ 50 milhões, possui prazo de vencimento de 6 anos e foi liberado em tranches de diferentes valores. Foi realizado *swap offshore* e, portanto, o recurso foi internalizado em reais.

O financiamento contratado com a International Finance Corporation (IFC), teve a primeira tranche liberada, no montante de US\$ 30 milhões, com prazo de vencimento de 5 anos. Foi contratado *hedge*, conforme detalhado na nota explicativa nº 5.c para a referida captação.

c) Outros passivos financeiros

	30.06.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Recursos para Destinação Específica ^(a)						
FUNGETUR – Fundo Geral de Turismo	8.225	-	8.225	23.380	-	23.380
Programa Água Limpa	2.901	21.815	24.716	2.342	22.369	24.711
Programa Frota Nova Município	1.497	8.418	9.915	1.804	8.429	10.233
Programa Desenvolve Municípios	-	5.720	5.720	-	-	-
Programa Incentivo ao Investimento Esportivo	543	1.160	1.703	717	1.316	2.033
Programa Renova SP	4	262	266	20	305	325
Subtotal	13.170	37.375	50.545	28.263	32.419	60.682
Depósitos vinculados	68	-	68	110	-	110
Total	13.238	37.375	50.613	28.373	32.419	60.792

(a) Referem-se a recursos do FUNGETUR para a concessão de operações de crédito, ainda não desembolsados aos clientes, e recursos transferidos pelo Governo do Estado de São Paulo ao Desenvolve SP para subsidiar os juros de parcelas adimplentes de operações de crédito dos respectivos Programas de financiamento.

d) Despesas com empréstimos e repasses

	30.06.2022	30.06.2021
Despesas com repasses do BNDES	32.686	27.331
Despesas com repasses do FUNGETUR	21.481	10.268
Despesas com repasses do FINEP	1.795	1.310
Despesas com repasses do FINAME	785	777
Despesas com repasses de outras instituições do país	2.538	1.430
Despesas com repasses do exterior	21.646	8.286
Total	80.931	49.402

10- Obrigações fiscais correntes e diferidas

	30.06.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Imposto de Renda	17.598	-	17.598	19.917	-	19.917
Contribuição Social	15.708	-	15.708	21.294	-	21.294
Impostos e contribuições sobre salários	2.752	129	2.881	2.903	117	3.020
COFINS	1.550	-	1.550	1.826	-	1.826
Impostos e contribuições diferidos	-	2.059	2.059	-	2.001	2.001
PIS	252	-	252	297	-	297
Outros	391	-	391	212	-	212
Total	38.251	2.188	40.439	46.449	2.118	48.567

11 - Outros Passivos

	30.06.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Sociais e estatutárias(a)	17.811	-	17.811	18.723	-	18.723
Outras Obrigações (b)	20.358	461	20.819	12.314	416	12.730
Total	38.169	461	38.169	31.037	416	31.453

a) Sociais e estatutárias

	30.06.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Juros sobre o capital próprio	16.268	-	16.268	16.204	-	16.204
Participação nos lucros	1.543	-	1.543	2.519	-	2.519
Total	17.811	-	17.811	18.723	-	18.723

b) Outras Obrigações

	30.06.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisões para despesas administrativas	5.389	-	5.389	4.101	-	4.101
Provisões para despesas de pessoal	4.693	461	5.154	3.751	416	4.167
Fornecedores	4.698	-	4.698	3.120	-	3.120
Credores por créditos a realizar ^(a)	3.228	-	3.228	-	-	-
Adiantamentos por Fundos Garantidores de Operações	1.380	-	1.380	283	-	283
Credores diversos	841	-	841	654	-	654
Cobrança e arrecadação de tributos	129	-	129	405	-	405
Total	20.358	461	20.819	12.314	416	12.730

(a) Referem-se à diferença entre o valor dos créditos de ICMS, recebidos em quitação de operações de crédito, e o valor contábil das respectivas operações, o qual foi ressarcido aos clientes por ocasião da venda dos créditos, em 14/07/2022.

12- Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social de R\$2.156.476 (R\$1.156.476 em junho de 2021) está representado por 1.902.204.132 (1.059.494.624 em junho de 2021) de ações ordinárias de classe única, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 25 de março de 2021, a Assembleia Geral autorizou o aumento de capital social, no montante de R\$63.925, relativos ao aporte de capital efetuado pela Fazenda do Estado de São Paulo (R\$51.000) e aos juros sobre o capital próprio do exercício de 2019 (R\$12.925). Em 30 de abril de 2021, a Assembleia Geral autorizou o aumento de capital social, no montante de R\$50.574 relativos às reservas de lucros do exercício de 2020 (R\$32.574) e aporte de capital efetuado pela Fazenda do Estado de São Paulo (R\$18.000). Em 30 de novembro de 2021, a Assembleia Geral autorizou o aumento de capital no montante de R\$1.000.000, relativos ao aporte de capital efetuado pela Fazenda do estado de São Paulo. As aprovações pelo Banco Central do Brasil ocorreram em 23 de abril de 2021, 1º de junho de 2021 e 23 de dezembro de 2021, respectivamente.

b) Reserva de lucros

b.1) Reserva legal

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. No semestre findo em 30 de junho de 2022, foram destinados para essa reserva o montante de R\$4.686 (R\$2.020 em junho de 2021).

b.2) Reserva especial de lucro

A Reservas Especial de Lucros é constituída pela apropriação dos lucros não distribuídos da Instituição, sendo sua constituição efetivada por proposta dos órgãos da administração. Inclui também os Juros sobre o capital próprio, dividendos adicionais propostos, com destinação a ser definida em Assembleia, no valor de R\$ 66.781 em 2022 (R\$ 28.786 em junho de 2021).

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme disposto no artigo 46 do Estatuto Social do Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., as ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após deduções determinadas ou admitidas em lei, podendo ser pago sob a forma de juros sobre o capital próprio.

No semestre findo em 30 de junho de 2022, foram pagos juros sobre o capital próprio adicionais no valor de R\$ 72.334 referente ao exercício de 2021:

	30.06.2022	30.06.2021
Lucro Líquido	93.727	40.401
(-) Reserva Legal	(4.686)	(2.020)
Base de Cálculo Ajustada	89.041	38.381
Dividendo mínimo obrigatório - JCP	22.260	9.595
JCP adicionais propostos	29.163	12.512
Reserva de lucros	37.618	16.274

d) Lucro por ação

	30.06.2022	30.06.2021
Lucro líquido do período	93.727	40.401
Número de Ações	1.902.204.132	1.059.494.624
Lucro por ação (R\$)	0,04927	0,03813

13 - Desdobramento das contas de resultado

a) Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

	30.06.2022	30.06.2021
Receitas de prestação de serviços	20.559	7.477
Rendas de tarifas bancárias	9.621	8.849
Total	30.180	16.326

b) Despesas de pessoal

	30.06.2022	30.06.2021
Proventos	(13.587)	(12.647)
Encargos sociais	(4.876)	(4.606)
Benefícios	(3.636)	(3.326)
Honorários de diretores e conselheiros	(1.369)	(1.628)
Treinamento	(153)	(104)
Estagiários	(101)	(110)
Total	(23.722)	(22.421)

c) Outras despesas administrativas

	30.06.2022	30.06.2021
Serviços do sistema financeiro ^(a)	(1.592)	(6.235)
Serviços técnicos especializados	(3.521)	(3.832)
Processamentos de dados	(5.370)	(3.478)
Propaganda e publicidade ^(b)	(833)	(25)
Serviços de terceiros	(1.399)	(355)
Contribuições filantrópicas	-	(850)
Outras (legais e judiciais, copa, cozinha, limpeza, etc.) ^c	(1.534)	(880)
Manutenção e conservação de bens	(686)	(699)
Patrocínios e relações públicas ^(b)	(1.076)	(510)
Transporte	(372)	(265)
Depreciação	(240)	(230)
Publicações	(130)	(204)
Amortização	(159)	(165)
Vigilância e segurança	(137)	(134)
Comunicações	(106)	(103)
Materiais de Escritório	(86)	(81)
Água, energia e gás	(108)	(72)
Viagem no país	(111)	(38)
Viagem ao exterior	(69)	-
Seguros	(38)	(48)
Total	(17.567)	(18.204)

(a) Contempla o montante de R\$ 1.288 (R\$ 6.209 em junho 2021), relativo ao pagamento de tarifas associadas a captação de recursos junto a International Finance Corporation (IFC).

(b) As despesas com publicidade e patrocínio estão em conformidade com o limite previsto no artigo 93, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

(c) Aumento com despesas legais e judiciais R\$ 896 (R\$450 em junho de 2021)

d) Despesas tributárias

	30.06.2022	30.06.2021
Contribuição ao COFINS	(8.280)	(4.673)
Contribuição ao PIS	(1.345)	(759)
ISSQN	(921)	(621)
IPTU	(139)	(122)
Outras	(7)	(2)
Total	(10.692)	(6.177)

e) Outras receitas operacionais

	30.06.2022	30.06.2021
Varição Cambial s/empréstimo no exterior	10.700	9.889
Ajuste valor de mercado s/empréstimo no exterior	1.565	-
Recuperação de Despesas	1.266	749
Reversão Despesas Administrativas	135	114
Laudos de avaliação de bens	88	70
Outras	6	2
Total	13.760	10.824

f) Outras despesas operacionais

	30.06.2022	30.06.2021
Despesas com operações de crédito	(34)	(92)
Atualização IRPJ	-	(86)
Atualização CSLL	-	(84)
Varição cambial s/depósitos no exterior	(15)	(1)
Outras	(11)	-
Total	(60)	(263)

14 - Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

	30.06.2022		30.06.2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	130.241	130.241	55.886	55.886
Participação dos empregados	(1.562)	(1.562)	(1.414)	(1.414)
Resultado após a participação dos empregados	128.679	128.679	54.472	54.472
Alíquotas vigentes^(a)	25%	20%	25%	20%
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes^(b)	(32.170)	(25.736)	(13.618)	(10.894)
Adições	(9.149)	(7.255)	(5.574)	(4.385)
Exclusões	2.431	1.935	2.456	1.955
Incentivos Fiscais	34	-	198	-
Prorrogação de licença maternidade	69	-	23	-
Juros sobre capital próprio	12.856	10.285	5.527	4.421
Imposto de Renda e CSLL corrente	(25.929)	(20.771)	(10.988)	(8.903)
Ativo Fiscal Diferido líquido	6.559	5.247	2.787	3.091
Passivo fiscal diferido líquido	(32)	(26)	(32)	(26)
Imposto de Renda e CSLL diferido	6.527	5.221	2.755	3.065
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	(19.402)	(15.550)	(8.233)	(5.838)

b) Créditos e Obrigações Tributárias Diferidas

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, foram constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e fiscal, aplicando-se alíquota de 45%, conforme apresentado a seguir:

Diferenças Temporárias	Saldo em 31.12.2021	Baixa	Constituição	Saldo em 30.06.2022
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	65.717	(1.408)	11.965	76.274
Rendas de atraso	1.579	(285)	3.083	4.377
Provisões para desvalorização de BNDU	760	-	-	760
Provisões para desvalorização de títulos livres	906	(792)	229	343
Provisões para passivos contingentes	824	-	121	945
Provisões para despesas administrativas	2.076	(1.107)	-	969
Provisões para outros créditos	8	-	-	8
Total dos créditos tributários diferidos	71.870	(3.592)	15.398	83.676
Diferença entre as depreciações contábil e fiscal	(2.001)	-	(58)	(2.059)
Total das obrigações tributárias diferidas	(2.001)	-	(58)	(2.059)

A expectativa de realização dos créditos foi baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelos Órgãos da Administração, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842, de 30 de julho 2020, conforme demonstrado a seguir:

	2022	2023	2024	2025	2026	Acima de 2026	Total
Valor nominal	7.658	28.400	15.441	8.585	6.579	17.013	83.676
Valor presente	7.172	24.019	12.092	6.254	4.458	8.717	62.712

O valor presente dos créditos tributários foi obtido descontando-se os valores futuros pela expectativa da taxa SELIC do período.

Neste semestre, não foram gerados créditos tributários não ativados.

15 - Transações com partes relacionadas

A Instituição tem como acionista majoritário o Estado de São Paulo com 99,998% das ações.

As transações com partes relacionadas são efetuadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/2018 e com normativo da instituição que dispõe sobre essa matéria.

No semestre, foram realizadas as seguintes transações com partes relacionadas:

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP – A empresa foi contratada para prestação de serviços de consultoria, desenvolvimento e manutenção de sistemas em plataforma WEB e BI. No primeiro semestre de 2022, foram registrados no ativo intangível o valor de R\$1.200 (R\$ 844 em 2021) referente ao desenvolvimento do sistema GFESP – Gestão de Fundos do Estado de São Paulo. Outros serviços referentes à hospedagem de servidores externos e comunicação de dados foram levados à despesa no valor de R\$ 1.902 (R\$ 1.649 em 2021), serviços de plataforma de colaboração e produtividade R\$504 (R\$87 em 2021), serviços de publicidade legal de todos o atos de interesse da Instituição R\$45 (R\$173, em 2021 o serviço foi prestado pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo que foi incorporada pela PRODESP), serviços de consultoria, desenvolvimento e manutenção de sistemas em plataforma WEB e portal corporativo R\$831 e serviços de locação de notebooks com fornecimento de software, peças de reposição e instalação, incluindo os serviços de teletendimento técnico em manutenção “on site” R\$117.

AGÊNCIA PAULISTA DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS E COMPETITIVIDADE – INVEST SÃO PAULO – A empresa foi contratada para prestação de serviços de consultoria referente ao desenvolvimento de projetos e oportunidade de negócios. No primeiro semestre de 2022, as despesas totalizaram R\$1.001 (R\$1.524 em 2021).

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. – IPT – A empresa foi contratada para prestação de serviços técnicos de avaliação e acompanhamento de projetos de inovação tecnológica. No primeiro semestre de 2022, as despesas totalizaram R\$37 (R\$27 em 2021).

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE – A empresa foi contratada para prestação de serviços técnicos especializados associados à atualização do estudo de identificação de setores estratégicos no Estado de São Paulo. No primeiro semestre de 2021, as despesas totalizaram R\$85.

FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE - Doação de R\$850 equivalente a dez mil cestas básicas ao Programa Alimento Solidário, do governo do estado, com vistas a minimizar os impactos causados pela pandemia do coronavírus para as famílias carentes paulistas em 2021.

Os custos com o pessoal-chave da Instituição, formado pelos Superintendentes, Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria foram:

	30.06.2022	30.06.2021
Benefícios de Curto Prazo	6.855	6.648
Superintendentes	5.267	4.778
Diretoria ^(a)	735	941
Conselho de Administração ^(a)	403	411
Comitê de Auditoria	336	335
Conselho Fiscal	114	183
Outros Benefícios de Longo Prazo	134	168
Diretoria ^(a)	134	168
Total	6.989	6.816

(a) Os valores relativos à remuneração dos administradores seguem as premissas e diretrizes constantes na Política de Remuneração de Administradores da Instituição.

16 - Contingências

Conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as ações com os riscos avaliados em provável foram provisionadas, conforme abaixo:

Natureza	31.12.2021	Baixa	Constituição	30.06.2022
Trabalhista	1.122	-	234	1.356
Cível	705	-	35	740
Total	1.827	-	269	2.096

Não são reconhecidos contabilmente os montantes envolvidos em ações classificadas com risco de perda possível, cujos valores totais estimados são:

Natureza	30.06.2022	30.06.2021
Trabalhista	1.103	968
Cível	1.038	891
Total	2.141	1.859

A Instituição não possui contingências ativas que requeiram divulgação em notas explicativas.

17 - Segmentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN)

A Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional (CMN), estabeleceu a segmentação do conjunto das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial.

Desta forma, a aplicação proporcional da regulação prudencial deve considerar o segmento em que a instituição está enquadrada e o seu perfil de risco.

Para o enquadramento das instituições em cada segmento, foram considerados o porte e a atuação internacional de cada uma.

A Instituição está enquadrada no Segmento 4 (S4), por possuir porte inferior a 0,1% (um décimo por cento) do Produto Interno Bruto (PIB).

18 - Declaração de Apetite por Riscos (RAS)

O Conselho de Administração e a Diretoria aprovaram a RAS da instituição, que descreve os riscos relevantes incorridos pela instituição e os níveis de apetite por esses riscos.

19 - Integração entre os riscos

A integração se dá entre os riscos relevantes (riscos de crédito, operacional, de liquidez e socioambiental).

A partir de janeiro de 2022, o risco de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária, representado pelo IRRBB, passou a ser considerado, também, como um risco relevante. Esse risco é calculado segundo metodologia disposta pelo Bacen.

20 - Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital

O Relatório de Pilar 3 - Descrição da Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital está disponível no endereço <https://www.desenvolvesp.com.br/institucional/governanca-corporativa/gestao-de-riscos/>, no site da instituição.

a) Estrutura Organizacional

O gerenciamento contínuo e integrado de riscos e o gerenciamento contínuo de capital é realizado pela Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (Suric), por meio da Gerência de Controle de Riscos (Geric.1).

A Suric é uma unidade independente, ligada diretamente à Presidência.

b) Estrutura de Sistemas

O sistema interno abrange todas as fontes relevantes e consistentes de riscos e possibilita a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos considerados relevantes e não relevantes, conforme definidos na RAS, a fim de manter o capital compatível com esses riscos.

c) Validação de Sistemas

Mensalmente, são realizados testes de avaliação e validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos utilizados para o gerenciamento de riscos.

21 - Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital

O Manual de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital é revisado no mínimo anualmente e submetido para aprovação da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração.

Esse Manual contém a RAS, as Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital, o Programa de Testes de Estresse e a Política de Divulgação de Informações relativas ao gerenciamento de riscos e de capital.

a) Risco de Crédito

A gestão do crédito é definida como sendo a implementação e administração dos princípios de crédito, e está segregada da seguinte forma:

- A Superintendência de Crédito (Sucre) é a unidade responsável pela implementação dos procedimentos da Política de Crédito da instituição.
- A Gerência de Cobrança e Recuperação (Gejur.2, antiga Gecob), ligada à Superintendência Jurídica (Sujur), é responsável pelos procedimentos de cobrança e recuperação de créditos, inclusive dos créditos baixados em prejuízo, e pelos procedimentos para documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco de crédito, inclusive aquelas relacionadas à recuperação de crédito.
- A Superintendência de Suporte ao Negócio (Susup), por meio da Gerência de Suporte à Operação (Gesup.1), efetua a avaliação periódica do grau de suficiência das garantias de recebíveis.

A gestão do risco de crédito envolve a modelagem estatística dos dados históricos da carteira de crédito da instituição e do mercado de crédito brasileiro para pessoas jurídicas, para cálculo de projeções futuras e validação dos sistemas, a fim de verificar a aderência dos processos de gestão do crédito.

A gestão do risco de crédito está a cargo da Suric.

O valor referente à alocação de capital para o risco de crédito corresponde ao valor da parcela RWA_{CPAD} , calculada em consonância com a regulamentação em vigor.

b) Risco Operacional

A metodologia utilizada para o mapeamento, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional é a descrita na Política de Conformidade e Controles Internos, aprovada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração da instituição.

O valor referente à alocação de capital para o risco operacional é apurado por meio do cálculo da parcela RWA_{OPAD} , conforme metodologia determinada pelo Bacen.

A metodologia utilizada é a da Abordagem do Indicador Básico.

c) Risco de Liquidez

A Instituição realiza diariamente os procedimentos para o controle de liquidez.

O Plano de Contingência de Liquidez foi aprovado pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração e faz parte da Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez.

d) Risco Socioambiental

A Política de Gerenciamento do Risco Socioambiental estabelece critérios, do ponto de vista socioambiental, para concessão de crédito, avaliação de garantias e contratações administrativas.

O Sistema de Administração de Riscos Ambientais e Sociais (SARAS) da instituição consiste em uma série de procedimentos que são inseridos nas rotinas de cadastro, concessão de crédito, contratações administrativas, avaliação de garantias e renegociações.

e) Risco de Mercado

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado prevê sistemas que consideram todas as fontes significativas desse risco e utilizam dados confiáveis de mercado, tanto internos quanto externos.

Considerando que: (i) a carteira da instituição é composta pelas operações de crédito e pelos recursos da tesouraria e, além disso, que essa carteira é bancária, isto é, não classificada na carteira de negociação; (ii) o Bacen impôs às instituições enquadradas no S4 a adoção de metodologia de cálculo para o IRRBB, a partir de janeiro de 2022; (iii) o valor do IRRBB é obtido por meio de choques (metodologia padronizada) à carteira da instituição, resultando em valores que aumentam à medida que aumenta a carteira da instituição; passamos a considerar o IRRBB como um risco relevante.

O IRRBB não engloba o Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). No entanto, reduz a margem para alavancagem da instituição. Deve, portanto, ser apurado de forma complementar às necessidades de capital e controlado em função da margem de alavancagem da instituição.

Em suma, esse risco é gerenciado, monitorado e reportado à alta administração, a fim de estimar PR compatível com os riscos assumidos pela instituição.

f) Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital possibilita a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita.

A Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração aprovaram o Plano de Capital, que é consistente com o Planejamento Estratégico da Instituição, e o Plano de Contingência de Capital.

São projetados, para o período de três anos, todos os índices de capital, de forma a possibilitar a avaliação da adequação futura de capital.

22 – Política de Divulgação de Informações do Relatório de Pilar 3

A Instituição divulga, anualmente, relatório denominado Relatório de Pilar 3 - Descrição da Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital.

A responsabilidade pela divulgação do Relatório de Pilar 3 é do Diretor Presidente, responsável pelo gerenciamento de riscos e de capital da instituição.

A tabela a ser disponibilizada é a OVA - Visão geral do gerenciamento de riscos da instituição, em formato flexível, conforme norma do Bacen.

A Suric é responsável pela produção dessas informações.

23 - Programa de Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse abrange os riscos relevantes, conforme definido na RAS da instituição.

24 - Relatórios

A Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração recebem, mensalmente, relatórios gerenciais versando sobre o gerenciamento de riscos e de capital.

Além disso, trimestralmente ou tempestivamente, caso seja necessário, é apresentado a esses órgãos o Relatório de Gestão de Riscos e de Capital.

25 - Limites Operacionais

As Resoluções nº 4.955 e 4.958, de 21 de outubro de 2021, do Conselho Monetário Nacional, norteiam os cálculos para o requerimento de capital compatível com o risco das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras.

Foram definidas regras para garantir a compatibilidade do capital da Instituição com os riscos de mercado, de crédito, de liquidez e operacional, no âmbito de Basileia III.

Na Instituição, o cálculo das parcelas referentes ao requerimento de capital para suportar esses riscos é efetuado com base nos modelos padronizados, divulgados pelo Bacen.

Importante observar que a Instituição destaca parte do seu PR para operações de crédito com o setor público. Esse valor, somado ao excesso de recursos aplicados no ativo permanente, é descontado de seu Patrimônio de Referência, para o cálculo dos índices de adequação de capital.

Esse PR usado para o cálculo dos índices de adequação de capital é o PR_{RWA} (Patrimônio de Referência para o Limite de Basileia).

O PR da Instituição é constituído somente pelo Capital de Nível I, que, por sua vez, é constituído somente pelo Capital Principal.

A RAS da instituição impõe o limite mínimo para o Índice de Basileia de 20%, contra o mínimo de 8% determinado pelo Bacen.

A Instituição encontra-se devidamente enquadrada aos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente, conforme espelha a tabela a seguir:

ADEQUAÇÃO DE CAPITAL	VALORES EM R\$ MIL	
	30.06.2022	31.12.2021
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	2.294.316	2.299.169
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE BASILEIA (PR _{RWA})	1.944.316	1.949.169
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	1.944.316	1.949.169
EXCESSO DE RECURSOS APLICADOS NO ATIVO PERMANENTE	-	-
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I (PR _I)	2.294.316	2.299.169
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II (PR _{II})	-	-
CAPITAL PRINCIPAL	2.294.316	2.299.169
DESTAQUE DE CAPITAL PARA OPERAÇÕES COM O SETOR PÚBLICO	350.000	350.000
SITUAÇÃO PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	28.986	29.226
PARCELA RWA _{CPAD} - requerimento de capital ref. ao risco de crédito - abordagem padronizada	2.211.287	2.146.429
PARCELA RWA _{MPAD} - requerimento de capital ref. ao risco de mercado - abordagem padronizada	234	304
PARCELA RWA _{OPAD} - requerimento de capital ref. ao risco operacional - abordagem padronizada	366.336	318.542
PARCELA R _{BAN} - risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação	48.659	1.098
RWA - ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO (RWA_{CPAD} + RWA_{MPAD} + RWA_{OPAD})	2.577.858	2.465.276
MARGEM OU INSUFICIÊNCIA DO LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	943.172	945.359
ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL (ACP): 2% a partir de 01/10/2021 e 2,5% a partir de 01/04/2022	64.446	49.306
MARGEM SOBRE O PR, CONSIDERANDO A R_{BAN}: : até 12/2021 / IRRBB: a partir de 01/2022 E ACP	1.624.982	1.071.543
ÍNDICE DE BASILEIA (mínimo Bacen = 10,5%, considerando ACP)	75,42%	79,06%
ÍNDICE DE NÍVEL I (mínimo = 6%)	75,42%	79,06%
ÍNDICE DE CAPITAL PRINCIPAL (mínimo = 4,5%)	75,42%	79,06%

26 - Análise de Sensibilidade

A Instituição classifica todas as operações da instituição, de crédito e de tesouraria, na carteira bancária, isto é, não possui operações classificadas na carteira de negociação, que é aquela formada pelos instrumentos, inclusive derivativos, mantidos com finalidade de negociação e que atendam às seguintes condições: (i) estejam livres de impedimento legal para venda; e (ii) sejam avaliados diariamente pelo valor de mercado, conforme critérios definidos pela regulamentação em vigor.

Desta forma, a realização de testes de estresse abrange os instrumentos da carteira bancária, sujeitos ao risco de variação de taxas de juros.

Um dos testes consiste em verificar, por meio de choques paralelos das curvas de juros, qual seria a perda do PR_{RWA} (Patrimônio de Referência para o Limite de Basileia).

Esses testes são realizados para as exposições da carteira ativa e da carteira passiva. O resultado é espelhado no quadro abaixo, já considerando as exposições líquidas, para a data do último dia útil do semestre:

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE - CARTEIRA BANCÁRIA			
REDUÇÃO DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR), EM PERCENTUAL, DEVIDO A CHOQUES PARALELOS NAS CURVAS DE JUROS			
FATORES DE RISCO DA CARTEIRA	CENÁRIO 1	CENÁRIO 2	CENÁRIO 3
Taxa de Juros Pré - Fixada	0,0786%	0,1898%	0,3591%
Cupom de taxa de juros - TJLP	0,0082%	0,0195%	0,0363%
Cupom de taxa de juros - TLP	0,0062%	0,0174%	0,0393%
Cupom de índice de preço - IPCA	0,1760%	0,4150%	0,7568%
Cupom de índice de preço - IPC-FIPE	0,0640%	0,1539%	0,2896%
Cupom de índice de preço - INPC	0,0365%	0,0865%	0,1590%
Fundos de Investimento de Renda Fixa	0,0002%	0,0006%	0,0012%

Nota: o PR utilizado é o Patrimônio de Referência após dedução do destaque de capital para operações com o setor público.

Cenário 1: Estimativa de perda do PR, relacionada à redução do valor de mercado das operações de crédito e de tesouraria, por meio de choques paralelos nas curvas de juros, correspondentes a 2 pontos percentuais.

Cenário 2: Estimativa de perda do PR, relacionada à redução do valor de mercado das operações de crédito e de tesouraria, por meio de choques paralelos nas curvas de juros, correspondentes a 5 pontos percentuais.

Cenário 3: Estimativa de perda do PR, relacionada à redução do valor de mercado das operações de crédito e de tesouraria, por meio de choques paralelos nas curvas de juros, correspondentes a 10 pontos percentuais.

27 - Outras Informações

a) Efeitos da Pandemia - COVID-19

A Instituição monitora de forma sistemática os efeitos da pandemia provocada pelo COVID-19 que eventualmente possam afetar suas operações e impactar adversamente seus resultados. No início da pandemia no Brasil, foi estruturado um Comitê Gestor de Prevenção e Combate à pandemia, e implementadas diversas ações visando mitigar os efeitos da COVID-19. A Instituição mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades Governamentais. Dentre as ações tomadas, destacam-se (a) a implementação do trabalho dos colaboradores em home office, (b) o acompanhamento de funcionários que tiverem os sintomas do Covid-19 (c) distribuição de máscaras e álcool gel a todos os colaboradores e (d) o aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção.

No Brasil, foram adotadas medidas para mitigar os impactos causados pela COVID-19, ao longo dos anos de 2020 e 2021, pelo Governo Federal, Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN), nos âmbitos, de liquidez, monetário, creditício, cambial e fiscal.

Até a data desta divulgação, a Instituição identificou o aumento da demanda por operações de capital de giro, destinadas às empresas do Estado de São Paulo, e a elevação nos pedidos de prorrogação de prazos para as operações de crédito.

Os impactos futuros relacionados à pandemia permanecem sendo acompanhados pela Administração, ressaltando-se a incerteza quanto à sua duração e severidade, que impede a mensuração com precisão neste momento.

Abaixo destacamos os principais itens do nosso balanço com potencial impacto:

- Instrumentos financeiros: os ativos integrantes que compõem as carteiras dos Fundos de Investimento em Participações podem ser negativamente impactados, gerando efeitos significativos no valor das respectivas cotas;
- operações de crédito: parte relevante das operações da carteira de crédito foi beneficiada pelo standstill (suspensão temporária do pagamento de prestações), o que permitiu que a taxa de inadimplência tenha se mantido baixa. Entretanto poderá ocorrer elevação no nível de atraso relativo ao pagamento de prestações, incluindo as operações que foram renegociadas e prorrogadas no âmbito da pandemia. Deve-se ressaltar que a Instituição não alterou a sua política de crédito em função da crise, e manteve a exigência de garantias em todas as suas operações de crédito, porém podem ocorrer desafios significativos caso tenha que executar as garantias relacionadas às operações de crédito inadimplentes.

b) Resultados recorrentes/não recorrentes

	30.06.2022			30.06.2021		
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	Total	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	Total
Receitas da Intermediação Financeira	246.121	-	246.121	141.932	-	141.932
Despesas da Intermediação Financeira	(107.520)	-	(107.520)	(66.102)	-	(66.102)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	138.601	-	138.601	75.830	-	75.830
Outras Receitas (Despesas) Operacionais ⁽¹⁾	(8.369)	-	(8.369)	(19.108)	(850)	(19.958)
Resultado Operacional	130.232	-	130.232	56.722	(850)	55.872
Resultado não Operacional	9	-	9	14	-	14
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	130.241	-	130.241	56.736	(850)	55.886
Imposto de Renda e Contribuição Social ⁽²⁾	(34.952)	-	(34.952)	(14.868)	797	(14.071)
Participações no Lucro	(1.562)	-	(1.562)	(1.414)	-	(1.414)
Lucro Líquido	93.727	-	93.727	40.454	(53)	40.401

Resultados não recorrentes:

⁽¹⁾ Refere-se à Doação de cestas básicas ao Programa Alimento Solidário do Fundo Social de Solidariedade (R\$850 em 2021, registrados na rubrica Contribuições filantrópicas, conforme nota explicativa nº 13.c).

⁽²⁾ Refere-se a ajuste do estoque de ativo fiscal diferido (R\$797 em 2021), decorrente da majoração da alíquota da CSLL.

28 – Eventos Subsequentes

Não ocorreram eventos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua conclusão.

DIRETORIA COLEGIADA

Sergio Gusmão Suchodolski – Diretor Presidente
Karen Kemely Mussi Mhereb – Diretora Administrativa, de Projetos e Processos
Otávio Lobão de Mendonça Vianna – Diretor Financeiro e de Crédito
Gabriela Redona Chiste - Diretora de Negócios e Fomento

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jorge Luiz Avila da Silva – Presidente do Conselho de Administração
Eduardo Marson Ferreira
Jerônimo Antunes
Lídia Goldenstein
Luiz Márcio de Souza
Roberto Brás Matos Macedo
Ricardo Lorenzini Bastos
Sergio Gusmão Suchodolski
Thiago Pinho Mardo

COMITÊ DE AUDITORIA

Jerônimo Antunes – Presidente do Comitê de Auditoria
Francisco Vidal Luna
Izaura Antunes de Sá Finzetto
Walter Mallas Machado de Barros

SUPERINTENDÊNCIA CONTÁBIL

Washington Haruo Hirata
Contador CRC 1SP165475/O-4

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

1. INTRODUÇÃO

1.1 Constituição e Regulamentação do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. (“Desenvolve SP”) foi instituído em novembro de 2012 em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.198, de 27 de maio de 2004 e ao artigo 24 do Estatuto Social da instituição e sua atuação segue, ainda, as regras de funcionamento estabelecidas na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto Estadual nº 62.349, de 26 de dezembro de 2016, no Estatuto Social da Desenvolve SP e em seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração em 29 de maio de 2019.

Compete ao Comitê assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas (i) ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da instituição; (ii) à qualidade e eficácia dos sistemas de controles internos e de administração de riscos; e (iii) à indicação e avaliação da efetividade da Auditoria Independente e da Auditoria Interna. O Comitê atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento ao Conselho de Administração, sem poder decisório ou atribuições executivas.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

O Comitê se reuniu 7 vezes entre março de 2022 a agosto de 2022, realizando 67 sessões de debates, análises, esclarecimentos e, quando pertinentes, recomendações de melhorias nos processos à Administração da Desenvolve SP.

Essas reuniões envolveram Diretores, Superintendentes e Gerentes da instituição, auditoria interna e externa. O Presidente do Comitê relatou nas reuniões mensais do Conselho de Administração os assuntos relevantes discutidos e registrados resumidamente nas atas das reuniões, encaminhadas previamente a esse colegiado, bem como apresentou os relatórios detalhados das atividades do Comitê, emitidos em bases semestrais e anuais, que permanecem à disposição, na sede da instituição, dos Auditores Independentes e da área de fiscalização do Banco Central do Brasil (BACEN). As versões resumidas dos relatórios são divulgadas junto às demonstrações financeiras semestrais e anuais.

O Comitê analisou a qualidade das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo BACEN.

O Comitê avaliou as recomendações propostas pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente, bem como as determinações provenientes da área de supervisão do BACEN, discutindo com a Administração as providências com vistas aos respectivos atendimentos e acompanhando o processo de implementação delas.

3. RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS À ADMINISTRAÇÃO

O Comitê efetuou recomendações à Administração da instituição visando o aperfeiçoamento dos processos de gerenciamento de riscos, *compliance*, controles

internos e da gestão econômico-financeira em geral, incluindo o aperfeiçoamento dos processos de avaliação e concessão de créditos.

Tais recomendações são analisadas pelos gestores responsáveis e foram ou estão sendo implantadas.

4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

A Administração é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da instituição.

A Auditoria Interna, subordinada ao Conselho de Administração e atuando sob a supervisão do Comitê, é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da instituição, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação.

A Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (Suric) tem por responsabilidade garantir que os riscos assumidos no desenvolvimento das atividades da instituição estejam em conformidade com os níveis permitidos pelo Banco Central do Brasil e os limites definidos pela Administração, fazendo com que as regras internas e os controles vigentes sejam conhecidos e cumpridos com rigor.

A Auditoria Independente é responsável pelo exames das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022 e por emitir opinião quanto ao seu preparo consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, como resultado de sua avaliação dos controles internos para emissão de opinião sobre as demonstrações financeiras, a Auditoria Independente produz relatório de recomendações sobre práticas contábeis e de controle interno, sem prejuízo de outros relatórios que também deva preparar.

Cabe ao Comitê assessorar o Conselho de Administração na avaliação da qualidade e da efetividade das Auditorias Interna e Independente e quanto à qualidade e a suficiência dos sistemas de controles interno e das demonstrações financeiras.

Baseado nas informações trazidas ao seu conhecimento, o Comitê registra como adequada a atuação da Administração da Desenvolve SP com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da instituição. Considera, ainda, que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e ao monitoramento dos riscos legais estão definidos e estão sendo praticados de acordo com as orientações corporativas.

5. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTE E AUDITORIA INTERNA

Com relação aos trabalhos da Auditoria Interna, o Comitê revisou o planejamento e os trabalhos realizados, bem como os relatórios produzidos, verificando e acompanhando as recomendações, especialmente nas áreas de crédito, riscos e controles internos, além de demandas específicas durante o período. O Comitê entendeu que os trabalhos da Auditoria Interna foram realizados com abrangência adequada e qualidades apropriadas ao longo do período.

O Comitê discutiu com os Auditores Independentes os resultados dos trabalhos realizados no período e as suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, cujos relatório apresenta opinião sem ressalvas.

Os principais pontos discutidos com os Auditores Independentes relacionaram-se com

as práticas contábeis, recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos e apresentação das demonstrações financeiras e entendeu como adequada a política de independência na execução dos trabalhos.

6. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzem as demonstrações financeiras da instituição, em observância à legislação societária, às práticas contábeis e às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen.

O Comitê reuniu-se com os responsáveis pela área de contabilidade para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022.

Foram discutidos e revisados os principais aspectos relativos à sua preparação e apresentação, não se verificando diferenças que pudessem influenciar materialmente a situação econômico-financeira da instituição, conforme indica o relatório dos Auditores Independentes, emitido com opinião sem ressalvas.

7. CONCLUSÕES

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos, entende que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação do Banco Central e das normas internas, que possam colocar em risco a continuidade da Instituição e, ponderadas as limitações decorrentes de sua função, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras auditadas, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022.

São Paulo, 17 de agosto de 2022.

Jerônimo Antunes
Presidente do Comitê de Auditoria

Francisco Vidal Luna
Membro do Comitê de Auditoria

Izaura A. de Sá Finzetto
Membro do Comitê de Auditoria

Walter M. Machado de Barros
Membro do Comitê de Auditoria

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Conselheiros de Administração da Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2022, e à vista da opinião dos Auditores Independentes apresentada, e das conclusões do Comitê de Auditoria, incluídas no seu relatório, onde recomendam a este Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras, manifestam que os referidos documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa do período encerrado em 30 de junho de 2022, foram elaborados em conformidade com as práticas contábeis brasileiras aplicáveis às instituições financeiras reguladas pelo Banco Central do Brasil e, portanto, estão em condições de serem divulgadas publicamente.

São Paulo, 24 de agosto de 2022.

JORGE LUIZ AVILA DA SILVA
Presidente

EDUARDO MARSON FERREIRA
Conselheiro

JERÔNIMO ANTUNES
Conselheiro

LÍDIA GOLDENSTEIN
Conselheira

LUIZ MÁRCIO DE SOUZA
Conselheiro

RICARDO LORENZINI BASTOS
Conselheiro

ROBERTO BRÁS MATOS MACEDO
Conselheiro

SÉRGIO GUSMÃO SUCHODOLSKI
Conselheiro

THIAGO PINHO MARDO
Conselheiro